



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA**

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

LEANDRO DOS SANTOS LEITE

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: UM
ESTUDO SOBRE AS RAZÕES RELATADAS PELOS PRAÇAS AO
BUSCAREM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA**

CACHOEIRA-BAHIA

2018

LEANDRO DOS SANTOS LEITE

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: UM
ESTUDO SOBRE AS RAZÕES RELATADAS PELOS PRAÇAS AO
BUSCAREM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dr^a. Lys Maria Vinhaes Dantas

CACHOEIRA-BAHIA

2018

LEANDRO DOS SANTOS LEITE

**NÍVEL SUPERIOR E A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: UM ESTUDO
SOBRE AS RAZÕES RELATADAS PELOS PRAÇAS AO BUSCAREM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Humanidades, Artes e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 26 de março de 2018.



Lys Maria Vinhaes Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Siélia Barreto Brito

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dedico este trabalho a:

Minha mãe, Sr.^a Luzia dos Santos Leite, por todo amor, dedicação, cuidado e por tudo que abriu mão em meu favor;

Esposa, a Sr.^a Tatiane Maia de Almeida Leite, por todo amor, dedicação, cuidado e parceria;

Irmã, a Sr.^a Luziane dos Santos Leite, por todo amor, dedicação, cuidado e amizade;

Sobrinho, Johnatan Henrique dos Santos Leite Vitório, que cumpre um papel importante na minha vida;

À Sr.^a Edilma Costa de Jesus, que esteve comigo em todos os momentos da minha vida;

A José Querino Reis dos Santos, que tem demonstrado amizade e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me capacitado, me fortalecido e posto no meu caminho pessoas solícitas em me ajudar na construção e conclusão deste projeto;

Agradeço a minha orientadora, a professora doutora Lys Maria Vinhaes Dantas, pela dedicação e parceria que em todas as etapas do processo de construção deste trabalho demonstrou, além de ter aceitado o desafio de trabalhar um tema que nunca havia sido abordado antes e diferente dos eixos de pesquisa aos quais se debruça.

Gostaria de agradecer também a todo o corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB-CAHL, que em todo o tempo em que estive discente nesta universidade, colaboraram com a minha formação profissional e pessoal.

À instituição UFRB, a qual me recebeu em seu seio, me propiciando uma formação profissional e ascensão no meu nível de conhecimento;

Aos amigos feitos durante o curso, os quais foram essenciais para vencer cada semestre, dando e recebendo suporte naquilo que eu necessitava.

Agradeço ao amigo Magno do Rosário Pereira, pelo apoio e pela disponibilidade em me socorrer nos momentos que sempre precisei.

Agradeço ao amigo Hadson de Oliveira Santos, funcionário da UFRB, o qual sempre se demonstrou solícito e competente para atender às demandas que lhe solicitava;

Agradecer ao CAP PM André Luís Nobre de Matos, comandante da 1ª CIA do - Batalhão de Polícia de Guardas – BPG'd, meu comandante, pois, ao contrário do que alguns dados deste trabalho mostram sobre as dificuldades que muitos praças enfrentam, impostas por seus comandantes ao buscarem a formação superior, no meu caso o processo foi inverso. Além de não me prejudicar ou perseguir, o CAP Nobre nunca se negou a me conceder meios para que eu pudesse conciliar o meu trabalho e a conclusão do meu ensino superior. Igualmente importante, também não poderia deixar de fora todo o corpo administrativo do 1ª CIA do BPG'd, pois, tiveram também vital importância neste meu processo de formação acadêmica. São eles: ST PM Jorge Santos de Souza, ST PM Silvia dos Santos, CB PM Fabiana Nascimento Moreira, SD PM Jutoribe Bittencourt Trindade; alguns colegas de trabalho como: SGT PM Sudário de Jesus Pio do Nascimento, CB PM Antônio Pedro dos Santos Santana, CB PM Nilton de Souza Passos, SD PM Simone Oliveira de Souza, SD PM Éder Cerqueira Chaves dos Santos.

LEITE, Leandro dos Santos. **Educação superior e a Polícia Militar da Bahia: um estudo sobre as razões relatadas pelos praças ao buscarem a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** 74 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

RESUMO

O presente trabalho debruça-se sobre a temática Universidade X Carreira de um praça da Polícia Militar-BA (PMBA), e objetiva analisar as razões apresentadas pelos praças para o seu ingresso na educação superior e no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para obter a resposta a esse questionamento foram discutidas as representações feitas pelos praças da PMBA quanto à educação superior; investigadas as motivações dos praças estudantes do CAHL para seu ingresso neste Centro e investigadas as relações entre a carreira de praças e a educação superior. Para isso, foi utilizada a aplicação de um questionário e foi realizada uma entrevista mediante os quais foi possível obter as respostas para as indagações feitas neste trabalho. A instituição Polícia Militar só possui alguma influência para motivar o praça a buscar o nível superior quando eles a veem como forma de ascensão profissional fora da polícia, pois, devido aos péssimos tratamentos dados e a não valorização pessoal, profissional e financeira dos praças com a conclusão do terceiro grau de ensino dentro da Instituição, estes buscam outras profissões para suprir os seus anseios e as suas necessidades, que são negligenciadas pela PM-BA.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; formação dos praças; Polícia Militar da Bahia; valorização profissional PM-BA

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1: Interstício para promoção nas carreiras na Polícia Militar da Bahia.....	22
Quadro 2: Quadro síntese com informações sobre as entrevistas realizadas	42
Quadro 3: Quadro síntese sobre a trajetória educacional dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.....	44
Quadro 4: Quadro síntese sobre perfil social dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.	45
Quadro 5: Quadro síntese sobre perfil socioeconômico dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.....	45
Quadro 6: Quadro síntese sobre perfil profissional dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.	46
Quadro 7: Quadro síntese sobre razões de motivação para ingresso no Ensino Superior relatado pelos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.	63

Sumário

1.	O PRAÇA NO INÍCIO DA FORMAÇÃO MILITAR NO BRASIL	14
2.	SOBRE OS PRAÇAS NA POLÍCIA MILITAR NA BAHIA.....	19
2.1	Carreira dos praças e a formação superior.....	19
2.2	A importância de um praça bem (in)formado.....	27
3.	A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POSSIBILIDADE DE ESTUDAR PARA O TRABALHADOR-ESTUDANTE.....	36
4.	MÉTODO.....	41
5.	RESULTADOS.....	43
5.1	QUEM SÃO OS PRAÇAS NA UFRB?	43
5.1.1	Trajetória educacional.....	43
5.1.2	Perfil socioeconômico.....	45
5.2	OS PRAÇAS E A PM-BA.....	46
5.2.1	Perfil profissional.....	46
5.2.2	Razões declaradas para o ingresso na carreira de policial militar.....	47
5.2.3	Percepção sobre a Polícia Militar.....	49
5.2.4	Formação do praça na Bahia, de acordo com os respondentes.....	52
5.2.5	O praça - estudante universitário - na Polícia Militar	54
5.3	OS PRAÇAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	56
5.3.1	Razões para o ingresso na Educação Superior.....	56
5.3.2	O significado da formação no nível superior.....	58
5.3.3	Razões declaradas para escolha do CAHL e o pertencimento a ele e à UFRB	59
5.4	O PÓS-CONCLUSÃO DO CURSO	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICES	71

Termo de Consentimento Informado.....	71
Roteiro de Entrevista	73
Questionário.....	74

INTRODUÇÃO

*A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.*
(Nelson Mandela)

A educação é o sustentáculo de todas os povos, mola propulsora na construção, transformação e manutenção da vida do indivíduo na sociedade, isso quando se permite a intervenção dos fatores de transformação, gerados pela atividade educacional. Todavia, insistentemente parece existir um óbice que impera em não permitir que a educação seja tratada com a prioridade necessária que qualquer tomador de decisão bem-intencionado a trataria. Mesmo com toda sapiência de estudiosos que apontam para a educação como vereda primária na consecução de respostas para melhorias ou soluções de dilemas sociais, é evidente que, no Brasil, as adversidades encontradas pela educação para que esta possa, de fato, ser um direito palpável por todos, perpassa as questões econômicas e administrativas, adentrando de forma imoral e ilegal nas questões de interesses pessoais de quem possui o poder-dever de atuar em prol dos benefícios da sociedade e garantir que os interesses das unidades federativas sejam defendidos.

O presente trabalho objetivou estudar o tema Universidade X Carreira de um praça da Polícia Militar-BA. Nesse contexto, esse trabalho debruçou-se sobre o recorte da classe dos praças da Polícia Militar da Bahia, para os quais foram questionados os motivos que os levam a adentrar o ensino superior e por que no CAHL, sendo que o título da sua graduação não influenciará para a valorização e progressão na sua carreira; e o que ele pretende e/ou espera com a conclusão do nível superior de educação. Para isso, buscou-se descobrir o que significa a educação superior para esses PMs. Investigou-se também quais as motivações que os praças possuem para realizarem/permanecerem sua formação acadêmica na UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - em um campus como o CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras -, o qual tem características insurretas, diferente da doutrina vivenciada na Polícia Militar, que é uma instituição alicerçada na hierarquia e disciplina, os quais são pilares do militarismo, e conviver com comportamentos adversos à sua realidade enquanto representantes da mão do Estado; identificar os desafios encontrados pelos praças enquanto trabalhadores estudantes. Nesse cenário, será possível a esses indivíduos conseguirem, em um espaço como o CAHL, desenvolver uma relação de pertencimento, já que esse espaço abriga

em seu seio pessoas com perfis, comportamentos ideológicos tão distintos? Pertencimento importa por ser uma ferramenta contra a evasão.

A UFRB surgiu de uma proposta do governo federal de expansão e interiorização do ensino superior através do Programa Expandir; é a segunda Universidade Federal implantada na Bahia e surgiu como uma possibilidade de inclusão social e promoção do desenvolvimento do interior do Estado, sobretudo na região do Recôncavo. Por isso sua estrutura está dividida em sete campos localizados nos municípios de Cruz das Almas, que é a sede do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); em de Santo Antônio de Jesus, onde está localizado o Centro de Ciências da Saúde (CCS); em Amargosa, localiza-se o Centro de Formação de Professores (CFP); já em Feira de Santana está o Centro de Ciência e Tecnologia em Engenharia e Sustentabilidade (CETENS); em Santo Amaro da Purificação, onde encontra-se o Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), e por fim, na cidade da Cachoeira, está o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que será o campo de pesquisa deste trabalho.

Este trabalho pode contribuir para uma aproximação da Polícia Militar e das universidades – especialmente as federais – de forma voluntária e harmônica, podendo até evoluir para uma futura colaboração mútua na qual toda a sociedade possa obter ganhos. Atualmente existe uma relação conflitante entre ambas as instituições, muito pelo perfil e papel social que ambas possuem. Uma tem por morador a ciência, a qual questiona e investiga tudo, pensa criticamente e tem por meta a transformação da sociedade; a outra tem por seu senhor o Estado, ao qual deve total obediência, onde suas ações devem ser no sentido de dar proteção às pessoas, fazer com que as leis sejam cumpridas, combater o crime e preservar a ordem. As atribuições dessas instituições as vezes as levam a colidir uma com a outra na busca do cumprimento dos seus papéis. Esse trabalho também serve para mostrar que ambas as instituições possuem uma carência que, para ser sanada, é necessário que exista uma aproximação entre elas. Através dessa aproximação talvez essas colisões sejam minoradas. Para a Polícia falta uma melhor qualificação na formação de pessoal, a qual atenda as demandas da sociedade atual e uma melhor valorização tanto financeira quanto profissional da mão de obra que possui, que, por conta própria, busca se qualificar. Já as universidades, como templo da ciência e da pesquisa, lhes faltam conhecimentos e estudos sobre a atividade policial militar e,

o que se tem, não a possuem com a profundidade e variedade necessárias. A Polícia Militar possui muitas falhas, mas também possui uma vasta gama de conhecimentos sobre segurança pública, os quais as universidades ainda não acessam e, por outro lado, não produzem, documentam ou ensinam.

As universidades não são as únicas criadoras e detentoras de conhecimento, existem outras fontes de produção de saber que precisam também receber crédito e apoio. E na questão militar há de se convir que, por falta de interesse na pesquisa sobre o tema e pelo fato também das instituições militares serem muito fechadas, pouco se criou e se evoluiu nesse sentido, a não ser a distância entre o mundo acadêmico e o militar. Hoje, com a necessidade de melhorar a sua formação, muitos militares têm buscado auxílio nas universidades, em busca de complementar os conhecimentos que lhes faltam nas mais diversas áreas do conhecimento, ou por motivos particulares que aqui buscamos descobrir. Esta investigação é um exemplo de como universidade e Polícia Militar podem se aproximar e pretende ser uma contribuição também para o Campo de Públicas, que carece de conhecimento referente às políticas e gestão da segurança pública e às atividades policial e militar.

Este trabalho foi confeccionado na seguinte estrutura: Introdução, a qual situa o leitor sobre o que se trata este trabalho; em seguida o primeiro capítulo: *O Praça no Início da Formação Militar no Brasil*, que vem trazer como se caracterizava o militarismo no Brasil nos primórdios da construção do país, o perfil dos praças nessa época, e a formação que eles tinham. No segundo capítulo: *Sobre os Praças e a Polícia Militar na Bahia*, expõe a estrutura da Polícia Militar e a relação entre os seus níveis e a função de cada um deles, seus pilares; a subseção *A Importância de um Praça bem informado* trata sobre a relevância ou não da formação superior para ingresso da Polícia Militar também no quadro de praças e a necessidade de se ter uma polícia mais bem formada.

O terceiro capítulo - *A Democratização do Ensino Superior e a Possibilidade de Estudar para O Trabalhador-Estudante* - aborda o processo de expansão do ensino superior e as dificuldades que um praça possui para permanecer e concluir o seu curso de graduação; a necessidade de conclusão para que haja uma real democratização do ensino superior; as diferenças entre estudante trabalhador e trabalhador estudante. Em seguida apresenta-se o método utilizado na construção

do trabalho e, na sequência, são apresentados os resultados e suas análises. No capítulo quinto, a partir de duas seções: *Quem são os praças na UFRB/CAHL?* e *Os praças e a educação superior*. O trabalho é encerrado com as considerações finais.

1. O PRAÇA NO INÍCIO DA FORMAÇÃO MILITAR NO BRASIL

Para possibilitar a realização das análises as quais se propõe este trabalho, foi necessário recorrer à gênese da formação do Exército brasileiro da qual se originaram as polícias militares; mostrar as características do serviço militar obrigatório, quais eram os perfis desses indivíduos que ingressavam “voluntários” ou assentavam praça de forma forçada, a formação que se tinha. São dados importantes para que se perceba as características que resistiram à história e que podemos clara e fortemente identificar na instituição PM-BA em pleno século XXI. Esses dados também são necessários para que se possa analisar as mudanças que ocorreram no processo histórico referente à formação do praça e discutir se, de fato, foram suficientes para profissionalizar sua atuação a ponto de fornecer as competências que se tornaram indispensáveis para que esse praça possa exercer a contento as atribuições que a função requer nos dias de hoje. Para fazer este breve apanhado sobre o início da formação militar, foi usado como texto base Junqueira, 2005.

Tendo o Brasil sido colonizado por Portugal, é natural que o modelo de sua estrutura militar tenha sido baseado nos moldes lusitanos, onde, até o século XVI, as guerras eram lideradas pelos nobres; não existiam tropas regulares bancadas pelo Estado. A partir da introdução de armamentos na forma de se fazer guerra, tornou-se necessário a existência de uma tropa de pronto emprego, mantida pelo governo. Para suprir essa necessidade, foi instituído o serviço militar obrigatório (JUNQUEIRA, 2005).

Serviço obrigatório este que causou descontentamento ao povo desde a sua criação, pois possuía disciplina rígida; exigia um longo tempo de serviço, o valor do soldo pago era muito baixo, além da existência de constantes favorecimentos a privilegiados. Essas características foram aproveitadas pelo Exército Imperial Brasileiro quando este fora criado fazendo com que a carreira militar nunca fosse enxergada com bons olhos tanto por nobres quanto por populares (JUNQUEIRA, 2005).

Na história militar moderna, fora o serviço militar um “castigo” para os elementos ociosos ou criminosos, tendo uma essência correcional. Desta forma recorria-se à comutação da pena, livrando da cadeia indivíduos condenados para colocá-los nos quartéis. (JUNQUEIRA, 2005, p. 73)

Em 1808, com a chegada da corte ao Brasil, houve a necessidade de uma reestruturação das forças terrestres e, com ela, a necessidade de aumentar o recrutamento para que chegassem a conquista da Caiena em 1809 e aumentasse a extensão do domínio português às margens do

Rio Prata. Além disso, de acordo com Junqueira (2005, p. 73) “a vinda de mais regimentos peninsulares e a incorporação, nas fileiras do Exército, da nobreza lusa, para a qual eram reservados os melhores postos”. D. João, quando chegou ao Brasil, realizou uma verdadeira reestruturação militar, criando e ampliando diversas repartições militares, o que gerou uma enorme necessidade de material humano para ocupar a vacância nas tropas, tendo ele que recorrer ao recrutamento.

Em 13 de maio de 1808, por seu Decreto, foi lançado um recrutamento que deveria ser promovido “por todos os meios de brandura e moderação”, estabelecendo aos voluntários oito anos de tempo de serviço e aos recrutados o dobro: 16 anos. Como assinalou J. Lemos: “a praga do serviço militar chegava para valer” (JUNQUEIRA, 2005, p. 74)

Os responsáveis pelo recrutamento começaram a caçar pessoas sem critério algum, o que gerou uma crise, pois, muitos dos que foram presos para recrutamento eram agricultores e condutores de gado, o que levou ao desabastecimento da corte. Para preencher a lacuna, lançou-se mão novamente dos vagabundos, como ordenara expressamente no decreto publicado em 19 de fevereiro de 1811, além de criminosos e condenados, D. João também promete a compra da liberdade para os escravos que assentassem praça, o que levou a um grande número de escravos baianos a correrem para as fileiras do Exército. (JUNQUEIRA, 2005)

Com tantos perfis tendenciosos ao ilícito e outros vindos de constantes flagelos repletos de ódio no meio das tropas, ocorreram abusos, não só de poder, mas de diversas formas contra a população, inclusive furtos, roubos, estupros e vinganças. Para proteger a população, D. Pedro fez um decreto no dia 10 de julho de 1822 que foi o principal documento regulatório sobre o recrutamento no primeiro reinado. “Não tendo sucesso, o príncipe regente contrata mercenários estrangeiros, os quais eram formados de alemães, irlandeses, ingleses nesse meio também haviam nobres decaídos e endividados, criminosos, desertores e aldeões enganados em busca de terra”. (JUNQUEIRA, 2005, pg 76)

O povo estava insatisfeito com o serviço militar, motivos para tal reprovação não faltavam. Além dos perfis dos ingressantes das linhas de frente das fileiras, o serviço militar também representava um dos pilares que mantinham o regime autoritário; os baixíssimos soldos e os constantes atrasos que chegavam a seis meses; o distanciamento das famílias que os recrutados eram submetidos, obrigando-os a deixá-las muitas vezes desamparadas e sem notícias do seu paradeiro ou se estavam vivos; a rigidez excessiva na cobrança da realização

dos deveres, a negligência na concessão dos direitos; as precárias condições de vida nos quartéis eram fatores que corroboravam para a recusa dos homens para com o recrutamento, fazendo com que eles não mais se voluntariassem, fato este que fez com que D. Pedro apelasse ao recrutamento forçado. O medo, o repúdio e a desaprovação ao recrutamento alcançaram níveis tão elevados que houve momentos em que, ao se tomar ciência de que o recrutamento estava a caminho do seu distrito, os homens tratavam-se de homiziar-se no mato.

Nos primórdios, o serviço militar no Brasil foi algo tão penoso, humilhante e desprezível, os maus tratos sofridos pelos praças eram tão demasiados que certas senzalas pareciam mais acolhedoras, dando a entender que certos senhores escravocratas tratavam melhor seus escravos que o Exército os seus praças, como está explícito em:

[...] negros livres que se faziam passar por escravos, para evadirem-se do famigerado serviço militar ... Também havia os que preferiam a condição de cativos ao serviço militar: “Muitos jovens em boas condições, que imaginam qual seria a sua sorte se comprassem a liberdade, preferem permanecer escravos a serem condenados às fileiras e à labuta militar” (JUNQUEIRA, 2005, P. 106)

A história é a ciência do passado, mas é capaz de responder e explicar muitas questões do presente e algumas vezes prever o futuro. Desde que começou o serviço militar obrigatório com a visão punitiva para os criminosos e errantes e não se ter nessa época o pensamento voltado para o respeito aos direitos humanos, nos quartéis todos os desmandes possíveis e imagináveis foram cometidos, desde as péssimas condições de instalações ao tratamento escravista, alimentação precária, constantes violências físicas, ausência de treinamentos especializados de guerra e a obrigação de realizar trabalhos braçais não qualificados.

Todas as vezes que se precisava de efetivo para as fileiras, o governo português lançava mão de criminosos: ladrões, falsificadores de moedas, assassinos, milicianos, rebeldes, aliciadores de escravos, estupradores, desertores, desocupados; trabalhadores com mal costume; escravos; quilombolas, ou seja, formado de todos quanto o governo pudesse atribuir um motivo para forçá-los a pegar em armas para lutar por seus interesses. Quando havia a necessidade de aumentar o efetivo, e os que estavam à margem da sociedade não davam conta de suprir a necessidade, realizavam-se recrutamentos voluntários. Como geralmente não dava certo, pois os homens escondiam-se no mato ao tomar ciência de que o recrutamento estava por vir, assim o príncipe regente recorria ao recrutamento forçado, ou seja, à captura. Por conta disso, existia um grande número de deserções, sendo D. Pedro levado à contratação de

mercenários. Assim confirma-se o exposto por Junqueira (2005) “O Exército brasileiro teve início com criminosos e condenados”.

Nas características dos primeiros homens que assentaram praça na história militar brasileira, chama atenção, mas não surpreende, a ausência de nobiliárquicos ou de classes mais abastadas, principalmente quando o recrutamento dirigia-se a todos os que estivessem enquadrados no perfil para incorporação. Sendo o serviço militar considerado uma das mais insignificantes carreiras da época, seria possível encontrar alguém de posses na carreira militar se não no oficialato? Digo de posses, até porque um nobre dificilmente se submeteria à carreira militar mesmo sendo a de oficial. Sendo o serviço militar temido e os quartéis tidos como locais de tormento capazes de fazer escravos libertos passar-se por cativos, e cativos desistirem da compra de suas liberdades, logicamente não seremos ingênuos para acreditar que nobres e afortunados se submeteriam a assentar praça. Esses podiam refugiar-se alistando nas milícias ou dando outro homem para servir em seu lugar, não é difícil de deduzir que estes outros homens se tratavam de escravos. Em sua esmagadora maioria, os recrutados eram compostos por analfabetos, até porque nem todos possuíam acesso à educação, a não ser os filhos da elite, os quais ainda contavam com a comprovação de que eram estudantes para serem isentos do pesadelo do recrutamento, mais uma forma da elite se livrar do serviço militar obrigatório.

Hoje, ainda se convive com algumas mazelas vivenciadas pelos praças séculos atrás, adaptando-se apenas aos moldes do século XXI. A rigidez militar ainda permanece, porém, com menos abusos devido a uma série de fatores. Ao contrário do passado, atualmente as pessoas desejam tornar-se membro das forças armadas ou das demais forças de segurança, em muitos casos sendo uma possibilidade concreta de emprego. Hoje há concursos para aqueles que desejam exercer a carreira militar, no entanto, para isso, existem exigências que são necessárias para que o cidadão possa se tornar um militar, dentre elas não só ser alfabetizado, mas possuir minimamente o nível médio de ensino, comprovação de negativa de antecedentes criminais. Não desrespeitando o momento histórico, mas, hoje, é inconcebível a utilização mão de obra criminosa na composição de uma tropa militar de segurança, até porque, esse tipo de mão de obra era nocivo para própria sociedade a qual sofrera com os abusos e crimes cometidos por esses indivíduos que, investidos da farda, passavam a cometer novos crimes com a certeza da impunidade; há de se convir também que a utilização do serviço militar como forma de punição não era uma estratégia muito inteligente e eficaz.

Quanto aos soldos, continuam baixos, mas já não atrasam tanto; a proteção e o beneficiamento aos favoritos permanecem e são feitos de todas as formas que se consegue. As relações hoje são através de contrato, baseados em leis e direitos adquiridos, não mais com promessas. No entanto, com toda segurança muitas vezes ainda são descumpridos.

No tratamento também houve uma evolução: não existe mais relações escravistas, mas isso não quer dizer que o praça passou a receber o tratamento digno que se deve. A alimentação nos quartéis ou companhias está quase extinta e um soldado conta com o ínfimo valor de R\$ 9,00 por dia trabalhado/alimentação, o que dá em média R\$ 180,00/mês, isso sem contar fim de semana e feriados, os quais mesmo trabalhando não são pagos. Logicamente muito longe do ideal, até porque a Bahia é um Estado muito grande e o custo de vida de região para região é muito variado. Se esse valor já é ruim para aqueles que trabalham em regiões com um custo menor, imagine aqueles que são lotados em regiões turísticas como Linha verde, Costas do Descobrimento, Cacau, Dendê. Quantas refeições seriam possíveis se fazer com este valor? Será que esse valor daria para suprir as necessidades alimentícias de um mês inteiro de trabalho? Quanto aos castigos físicos, se existem, são raros ou bem escondidos.

É vital começar a fazer o exercício de olhar para os exemplos da história e aprender com eles para não ficarmos fadados a repetir os erros do passado. Faz-se necessário agir diferente, como nunca fora feito para que se possa atingir resultados nunca alcançados antes. A sociedade falhou e tem falhado no que se refere à segurança pública e ao combate do crime: sistemas prisionais falidos, tensões no relacionamento entre as próprias polícias, péssimo tratamento tanto institucional quanto social para com os praças e também da polícia para com os cidadãos, enfim, sofre-se com uma péssima política de segurança pública. É urgente ampliar o olhar que se tem tido sobre essa temática, para além de somente polícia e presídios como solução para a segurança pública. Precisa-se de uma política pública que contemple a prevenção, punição, e a ressocialização que começa pela garantia física dos direitos fundamentais dos cidadãos até porque segurança pública não se faz só com polícia. Na verdade, a polícia deve ser um dos últimos redutos buscado pela sociedade para se fazer cumprir a lei, pois, quando se chega a buscá-los, significa que todas as outras instituições como família, escola, trabalho, sociedade, governo, Estado e o próprio indivíduo, falharam.

2. SOBRE OS PRAÇAS NA POLÍCIA MILITAR NA BAHIA

Para apresentar o praça na Polícia Militar na Bahia (PM-BA), este capítulo foi dividido em duas seções: *Carreira dos praças e a formação superior*, na qual são discutidos aspectos como promoção, ingresso e formação, e *A importância de um praça bem (in)formado*, seção dedicada às discussões sobre as demandas sociais para uma PM melhor preparada para lidar com as complexidades da sociedade contemporânea.

2.1 Carreira dos praças e a formação superior

Para que se compreenda o que de fato é um praça da Polícia Militar, é oportuno que se apresente como está montada a estrutura dessa Instituição, como se dá a relação entre os níveis que a compõem e as funções que cabem a cada um deles. Também é importante saber que a estrutura das polícias militares do Brasil é baseada na mesma estrutura do Exército, tanto é que o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que trata da reorganização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, em seu Art. 1º, expressa que as Polícias Militares são consideradas forças auxiliares, reserva do Exército.

As forças armadas são instituições alicerçadas nos pilares da hierarquia e disciplina, sendo que a hierarquia dá conta de determinar os níveis de autoridade dentro das estruturas militares. O § 1º do Art. 14 do Estatuto dos Militares conceitua: “A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. Já a disciplina é descrita no § 2º do mesmo artigo como:

É a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo. (BRASIL, Lei nº 6.880, de 1980).

A PM-BA, assim como o Exército, possui duas carreiras distintas:

PRAÇA	OFICIAL	
SOLDADO	TENENTE	SUBALTERNO
CABO	CAPITÃO	INTERMEDIÁRIO
SARGENTO	MAJOR	SUPERIOR
SUBTENENTE	TENENTE CORONEL	SUPERIOR
	CORONEL	SUPERIOR

Quadro 1: Carreiras e patentes na Polícia Militar da Bahia

A primeira diferença entre as carreiras de praça e oficial começa pelo tempo de formação que varia de aproximadamente nove meses a um ano para os praças que, após a conclusão, recebe certificado com validade equivalente a curso técnico em segurança pública. Já a carreira dos oficiais é marcada por uma formação mais longa, que dura três anos e mais um como aspirante, que é como se fosse um estágio. O curso de formação de oficiais é equivalente ao bacharelado em segurança pública. Outra diferença está no viés da formação, na qual os oficiais são preparados para serem os gestores da PM, enquanto os praças são preparadas para o serviço operacional ou o serviço fim da instituição. A terceira diferença consiste na nomenclatura de suas patentes. Os oficiais possuem postos, já os praças possuem graduação.

De acordo com a Lei nº 7.990, de 2001, que dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do Estado da Bahia, no seu Art. 126, em seus incisos, apresentam os critérios para as promoções, são eles: I - antiguidade; II - merecimento; III - bravura; IV - "post mortem"; V - ressarcimento de preterição. O parágrafo primeiro desta mesma Lei discorre sobre promoção por antiguidade, que segundo esta Lei, é a que se baseia na precedência hierárquica de um oficial PM sobre os demais de igual posto, dentro de um mesmo Quadro, decorrente do tempo de serviço.

As condições para que haja a promoção por antiguidade ou merecimento são:

- a) Condições de acesso; b) interstício; c) aptidão física; d) as peculiaridades dos diferentes quadros, reconhecidas através da aprovação em Curso preparatório para o novo posto ou graduação e conceito profissional; f) conceito moral. (BAHIA. Lei ¹nº 7.990, 2001, art. 134)

Pode-se observar que no Estatuto da Polícia Militar da Bahia não existe a previsão de valorização dos praças mediante a elevação do seu nível de escolaridade. A valorização que está sendo defendida aqui não é apenas a mudança da graduação hierárquica militar, até porque, se todo praça que concluisse um curso de nível superior fosse premiado com a elevação da sua graduação hierárquica, isso causaria um problema gerencial para a Instituição, pois, existe uma estimativa do número de integrantes necessários em cada posto e graduação, e análise das necessidades para abertura de vagas.

¹ Ressarcimento de preterição é quando uma pessoa tem o seu direito de promoção impedido e essa preterição é reconhecida como injusta e a pessoa é ressarcida deste prejuízo, ou seja, é promovida, posteriormente, por ressarcimento de preterição, com todos os direitos garantidos desde a data na qual deveria ter sido promovida.

O número destas vagas é planejado para suprir a demanda existente, ou, pelo menos, é o que deveria acontecer, além de que, no concurso para ingresso na carreira de praças da PM-BA, exige-se apenas o nível médio. Entretanto, no cenário atual, grande parte dos ingressos na instituição do quadro de praças já possui nível superior ou está cursando, tornado assim inviável o elevo da graduação hierárquica do policial pelo único e simples fato da conclusão do terceiro grau de ensino. Não que se descarte a promoção da patente com o elevo do nível de conhecimento, contudo, para isso, essa graduação deveria vir acompanhada de outros aspectos que podiam ser expressos em critérios preestabelecidos, os quais qualificariam o perfil do praça com nível superior, que deveria ser premiado com o elevo ao posto imediato. Dentre esses critérios a qualidade que o serviço prestado pelo praça tem através da utilização dos conhecimentos advindos da sua formação acadêmica, casos em que o serviço do policial seja destacado e que supra necessidades institucionais. Para os demais possuidores de nível superior, mas que não se encontram no perfil para a promoção ao posto imediato, esse incentivo à busca de elevo de capital intelectual poderia vir em forma valorização financeira, uma diferenciação de competências entre os pares e outras que se julguem justas e adequadas. Claro que esses critérios devem ser bem definidos para que essa ferramenta de valorização profissional não se transforme em um mecanismo de favorecimento indiscriminado aos afetos. Esses critérios se fazem pertinentes, pois corroboram com o que já fora apresentado sobre a inviabilidade gerencial da instituição de promover todo e qualquer praça que logre a conclusão do nível superior de ensino. No entanto, é viável realizar pontuais promoções de nível hierárquico aos praças que elevam seu nível de conhecimento e beneficiam à corporação e à sociedade, podendo ser enquadrado perfeitamente na promoção por merecimento descrita no Inciso II do Art. 126 da Lei nº 7.990 de 2001, que dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do Estado da Bahia que já fora descrito acima.

Os Art. 126 e 134 § 2º da Lei nº 7.990 de 2001 dispõem sobre o interstício para a promoção em cada posto ou graduação, conforme o Quadro 01 a seguir:

Nível hierárquico	Interstício	Carreira
Tenente-Coronel PM	Trinta meses ou dois anos e meio	Oficial Superior
Major PM	Trinta e seis meses ou três anos	Oficial Superior
Capitão PM	Quarenta e oito meses ou quatro anos	Oficial Intermediário

Tenente PM	Quarenta e oito meses ou quatro anos	Oficial Subalterno
Aspirante-a-Oficial PM	Doze meses ou um ano	Oficial Subalterno
Sargento PM	Oitenta e quatro meses ou sete anos	Praças
Cabo PM	Noventa e seis meses ou oito anos	Praças
Soldado PM	Cento e vinte meses ou dez anos	Praças

Quadro 2: Interstício para promoção nas carreiras na Polícia Militar da Bahia

Fonte: elaboração própria

É bom registrar que isso só está posto no papel, mas, na prática, não tem funcionado: os praças chegam a ficar quinze, dezoito anos sem alcançar a promoção. Existem outras diferenças que poderiam ser citadas, no entanto, as expressas, já cumprem o seu papel.

Existe um conflito muito grande entre praças e oficiais, principalmente pela relação de comando e subordinação que existe entre essas duas carreiras, até porque os oficiais representam a instância gestora da corporação, são agentes com nível superior, foram preparados para comandar. Já os praças, responsáveis pela atividade fim, são agentes que até pouco tempo possuíam quando muito o nível médio e que executam as ordens emanadas pelos oficiais. Como visto no capítulo anterior, desde os primórdios do militarismo no Brasil, a classe dos praças sempre foi marginalizada e, por mais que o perfil e competência destes evoluam, as relações e tratamentos continuam desiguais. Existe a cultura de segregação que permanece sendo alimentada e catequizada dentro da corporação na tentativa de que os *Césares* não percam o seu império e que a *Germânia* não se levante; submeta-se voluntariamente à servidão sem questionar.

No *site* da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar e Bombeiros Militar do RS, foi publicada a matéria Praças e Oficiais PM - Qual a diferença? Na qual o autor expressa a seguinte afirmação:

Ser “superior hierárquico” para muitos pode parecer ser “melhor” enquanto pessoa, mais digno de direitos que os demais ... sempre alguém procura ser o “senhor”, demandando, naturalmente, que exista um “escravo”. Nas polícias militares alguns procedimentos e normas fazem com que o oficialato mais pareça uma casta do que meramente uma carreira com funções e atribuições distintas dos praças. Possuir uniformes exclusivos (e não apenas a designação diferente do grau hierárquico), criar ambientes segregados (como refeitórios)

e outros privilégios apontam para a existência de uma superioridade que vai além da questão funcional. (FERREIRA, 2011)

Atualmente vivemos em uma sociedade na qual não cabe mais o tratamento das questões de segurança pública nos padrões que eram tratados no século XIX; o conhecimento ocupa um lugar preponderante como garantia de sucesso em quaisquer atividades. Por mais lento que seja, chegará o tempo em que a PM terá que se apropriar dos novos conhecimentos existentes na área da segurança pública para o policiamento ostensivo e adequar-se às exigências dessa não tão nova realidade.

Por outro lado, nos últimos trinta anos, o ocidente assistiu a uma verdadeira revolução em termos de conhecimentos, práticas e tecnologias de polícia: de um lado, foi consolidado um volumoso acervo científico sobre as questões relacionadas às organizações policiais contemporâneas; de outro, alteraram-se as filosofias, o ensino e a instrução, os meios de comunicação adotados, os tipos de veículos, os armamentos, as estruturas organizacionais, as técnicas de emprego de força, os expedientes estratégicos e táticos, etc. No nosso caso, toda esta modernidade dos assuntos de polícia não foi imediatamente transposta para a realidade das PMs. A transição para a consolidação da vida democrática também se faz sentir, de forma aguda, nas PMs que, até os dias de hoje, estão tentando superar o descompasso entre as missões contemporâneas a ela atribuídas e a sua capacidade de poder respondê-las de uma forma efetiva nas ruas de nossas cidades. (MUNIZ 2001, p. 185).

Com a recente mudança dos perfis de escolaridade na entrada dos praças na PM-BA, parece nascer uma força que luta para desmistificar a premissa de que o praça não tem conhecimento. Até pouco tempo, na PMBA, os perfis dos praças eram de semianalfabetos, os quais malmente assinavam o próprio nome e não conseguiam manter um diálogo com a sociedade; as situações eram resolvidas a base de gritos e da força física, como muito se ouve: “batia-se primeiro e perguntava-se depois”. Hoje a sociedade mudou, os padrões intelectuais são outros: o conhecimento e a informação tornaram-se acessíveis a essa geração com mais facilidade. O frágil argumento “*Cala a boca, eu sou polícia*” não dá mais conta de resolver todos os problemas como “eram resolvidos” quando os policiais não tinham condições técnicas para lidar com as adversidades.

A polícia atual é enfraquecida, fracionada, autoritária e afastada das comunidades, despreparada e obsoleta na sua estrutura, não conseguindo responder às exigências impostas pelo contexto social atual (BENGOCHEA et al., 2004, p. 119).

É necessário esclarecer que não é somente com a adoção do ensino superior como critério admissional na PMBA que todos os problemas da prestação do serviço e trato para com

a sociedade serão resolvidos. A educação superior dá conta de desenvolver valores, ampliar a capacidade analítica de resolução de problemas, além de dar bases mais sólidas no poder de argumentação e convencimento, fatores estes que farão com que a necessidade do uso da força e da prerrogativa do emprego da violência, a qual o Estado concede o monopólio às polícias, sejam cada vez menos empregados. Para as demais necessidades, exige-se que se apliquem os remédios específicos, não sendo a educação superior uma panaceia.

A sociedade evoluiu intelectualmente. Hoje, grande parte da população sabe que é, e se enxerga como sujeitos de direitos. Não cabe mais o uso de práticas violentas para todas as situações fora das prerrogativas legais, pois, como aplicar as leis fazendo uso de práticas que ferem a própria legislação, infringindo os direitos alheios? O Estado não pode cometer transgressões para combater delitos, ele não pode fazer uso de ilícitos como armas contra ilicitudes, isso é imoral. Faz-se necessário uma polícia mais técnica, culta e versátil, que saiba discernir sobre as ações a serem tomadas no momento em que tiver de lidar com as situações que exijam a sua intervenção.

De fato, o problema da formação e do preparo dos quadros policiais militares têm consistido em uma variável importante, não apenas para a afirmação corporativa de uma “identidade policial”, mas também para a prestação eficaz dos serviços ostensivos civis de polícia. Se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, o horizonte de polícia requer uma ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constrangida pelos princípios da legalidade e da legitimidade. (MUNIZ, 2001, p. 186)

Por outro lado, se observarmos a forma como se instruíam os soldados nos cursos de formação, fica fácil compreender as razões dos comportamentos muitas vezes arbitrários que alguns policiais desempenhavam. Era recorrente a queixa sobre ações violentas da polícia, mas, para compreender a raiz de tal problema, é necessário fazer alguns questionamentos e observações: essas ações eram pontuais ou funcionavam como regras? O que os levam a agir assim? Quem é o responsável por agirem assim? Cobra-se muito por uma polícia cidadã, todavia, é preciso se perguntar se os policiais são tratados com humanidade, pois a realidade é deveras oposta ao que se é permitido mostrar. É de domínio público que, por mais de um século e meio, os cursos de formação de soldados eram regidos à base de péssimas estruturas, violências, humilhações, privações das mais diversas formas. Na contramão desse viés, a formação intelectual, o como discernir os sinistros e como agir sempre foram negligenciados.

Analisando por essa ótica, os novos policiais ficavam ansiosos para reproduzir na rua todos os conhecimentos que haviam recebido na sua formação. Talvez agora consigamos enxergar que por trás das ações violentas de muitos anos, há existência de muitos outros culpados ocultos, que talvez sejam até mais vilões que os próprios agentes.

Hoje, na formação do praça, em seu ingresso como soldado, existe uma grade curricular atual que já contempla em seu arcabouço alguns temas imprescindíveis para a formação e atuação policial; quanto ao tratamento aos ingressos, também houve uma melhora considerável comparada ao que se tivera outrora, mas abusos e exageros ainda são presentes. Nos últimos anos tem acontecido uma mudança muito grande com o ingresso de policiais com nível superior no quadro de praça, por sua vez sendo mais politizados e conhecedores dos meandros da lei e também não sendo mais vistos como neófitos. Porém, por essas características, são pejorativamente alcunhados de “A geração Ministério Público”, por conta de estarem munidos de conhecimentos a ponto de saberem como lidar com os excessos praticados por superiores.

A qualidade da educação na formação de um policial cumpre um papel fundamental para que se possa dar partida rumo a um nível de segurança pública aceitável, mas essa não deve estar centralizada apenas na formação policial que são os profissionais que trabalham na ponta, em contato com o crime e todo tipo de violência a ser combatida. Essa educação deve ser no sentido mais amplo e inclusivo possível, englobando toda a sociedade, a qual também precisa ser educada, e reclamar para as responsabilidades que lhe cabem enquanto cidadãos ativos no processo de construção da segurança pública. A sociedade hoje exige um agente de segurança muito diferente daquele existente nos primórdios da implantação do militarismo no Brasil, onde, para sua atuação, a única competência exigida era saber cumprir ordens sem questionar e possuir coragem para utilizar-se da força. É o que vemos no trecho a seguir:

O cidadão faz a seguinte pergunta: qual é o papel da polícia no momento em que estão em crise o emprego, a família e a escola? Quer dizer, estão em crise as instituições de controle social informal que funcionavam há 20 anos: será que a polícia hoje só pode seguir o modelo de uma polícia, digamos, do tipo tolerância zero? Estaremos condenados a tal? Ou é possível pensar, em um país como o Brasil, outro tipo de policiamento, outra técnica policial, outro tipo de trabalho policial? Porque essa é a grande ignorância vigente na sociedade brasileira: o que significa o trabalho policial? (BENGOCHEA et al., 2004, p. 121).

Neste contexto, a função de um soldado, que é a graduação mais baixa no âmbito militar, requer um nível de instrução muito elevado, que envolve diversas áreas de conhecimento,

partindo dos conhecimentos esperados de um concluinte do ensino médio, adentrando por certos conhecimentos específicos de matrizes curriculares de diversas áreas do saber, como os obtidos no módulo ofertado pelo CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças -, da PM-BA para a formação da turma 2015.2. São eles:

- Direito: Noções de Direito, Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Direito Penal, dos Crimes em Espécie, Direito Militar, Direito Processual Militar; Inquérito Policial Militar, Estatuto Policial Militar, Direitos Humanos, Legislação PM, Lei Maria da Penha, Aplicação da Lei Sob a Ótica da Lei de Crimes Ambientais, Meio Ambiente e a Constituição Federal de 1988, Meio Ambiente e a Constituição Estadual da Bahia, Lei De Maus Tratos aos Animais, Estudo do Código Florestal e suas Alterações, Estudo do Código de Pesca, Lei de Mata Atlântica, Estudo do Código de Proteção à Fauna, Tráfico De Animais Direito Ambiental, Concepções de Direito Ecológico e Direito Ambiental.
- Humanas: Sociologia, História da PM, Educação para as relações Étnico Raciais, Relações interpessoais;
- Saúde: Higiene Socorro e Urgência, Educação Física
- Letras: Inglês
- Biologia: Introdução à questão ambiental contemporânea, Biomas do Brasil e da Bahia, Ecossistemas Urbanos, Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Competência do Estado e do Município, Objetivos da Criação das Unidades de Conservação, Critérios para Criação de Unidades de Conservação, Gestão Co-Participativa, Dificuldades para a Efetivação das Unidades de Conservação, Concepções Sobre Ecologia, O Ambiente Urbano, Introdução ao Ambiente Urbano, O Veículo como Agente Poluidor do Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, Poluição Atmosférica, Poluição Sonora, Resíduo Sólido.
- Específicas da PM: Atividade de choque, para o policiamento em controle de tumultos e distúrbios civis; Correspondência PM, visa normatizar a comunicação interna institucional; policiamento ambiental no estado da Bahia; Gerenciamento de Crises, normatiza os procedimentos em momentos críticos onde exigem respostas especial da polícia para alcançar o melhor resultado possível; Inteligência Policial, é o tipo de policiamento responsável pela obtenção, análise e produção de conhecimentos de interesse da segurança pública; Policiamento em Eventos, dispõe de conhecimentos de técnicas para que o polícia tenha a possibilidade de cumprir sua missão com êxito em eventos como festas populares onde as guarnições encontram-se em desvantagem numérica; Policiamento Ostensivo Geral, é o ensinamento das técnicas que o policial deve utilizar no dia-dia; Policiamento de Guardas, refere-se ao policiamento realizado em unidades prisionais, onde, requer, um policiamento distinto dos demais realizados; Policiamento Comunitário, é uma filosofia onde defende a união da polícia e sociedade para trabalharem juntas para resolver os problemas; Policiamento Ostensivo de Transito, como o nome já diz é o policiamento voltado para transito; Defesa pessoal; Tiro policial. (CFAP, 2015)

Ao contrário do que se pensa, o trabalho de um policial está longe de ser apenas físico. Para cada ação que se toma, existe uma gama de doutrinas e bases legais que devem ser

observadas. Um indivíduo que queira se tornar bacharel em direito terá de dedicar minimamente cinco anos numa universidade para receber seu título, e mesmo assim, durante o curso, se especializa em uma das áreas do Direito; no entanto um soldado de polícia hoje, ainda que não precise ter o mesmo nível de conhecimento jurídico de um bacharel em Direito, lida no seu dia-dia com diversas situações que adentram várias áreas regidas pelo Direito. Precisamos de um policiamento mais qualificado e completo, pronto para atuar física e intelectualmente, e que seja constantemente qualificado.

Como garantir a qualificação de um praça que trabalha mais de quarenta e quatro horas semanais e que tem que lidar com as dificuldades impostas pelas situações de trabalho, familiares, além das existentes no próprio processo de formação? Quando será possível a esse praça acessar o material do seu curso para estudar? Atualmente, muitos enfrentam a rotina de uma graduação apenas com as aulas que o professor ministra, isso é, quando ele está presente, aí ficam as perguntas: qual a qualidade dessa formação nessas condições? Será que vale a pena investir numa formação melhor, sendo que não é possível fazê-la de forma adequada? É preciso que exista condições de permanência dos praças em seus diversos cursos de capacitação.

2.2 A importância de um praça bem (in)formado

Existe hoje no cenário nacional uma corrente muito forte que tem trazido uma discussão sobre a relevância ou não da adoção do nível superior como pré-requisito para ingresso em quaisquer das carreiras das Polícias Militares. Alguns Estados já implementaram a medida, a exemplo de Santa Catarina e Minas Gerais, que exigem o nível superior para o quadro de praças. E para os que almejem entrar na corporação como oficial, a exigência é ser bacharel em Direito. O Distrito Federal exige nível superior para o ingresso tanto de praças, quanto oficiais. Os estados do Acre, Pernambuco, Goiás, Pará, Piauí e Amapá exigem nível superior apenas para o oficial. Já a Bahia ainda permite que se adentre, tanto no quadro de praça, quanto no de oficial, com o nível médio. Ainda não existe um consenso entre os *stakeholders* que discutem a pertinência ou não da necessidade de o policial possuir nível superior para galgar uma vaga no quadro das polícias militares brasileiras. Na verdade, uma das maiores pautas nessa arena de interesses é o fato do impacto financeiro que os estados sofreriam, haja a vista que, no momento em que se eleva o nível de escolaridade, aumenta-se também o valor dos proventos, assim como ocorreu com as polícias civis (RICCIO E SILVA, 2016).

Acredita-se que uma polícia composta por pessoas mais bem formadas tende a desempenhar um serviço de maior qualidade, até porque, ao contrário do que se pensa, a atividade policial, principalmente nessa sociedade com a formatação atual, requer de um policial que utilize mais o cérebro do que a força física. Com isso, não se quer afirmar que o uso da força física deva ser abolido, pelo contrário, deve ser mantido, todavia, quando se fizer necessário, o seu uso deve ser empregado de forma técnica e enquanto durar a injusta agressão. Sabe-se que existem situações, quando se faz necessário, que o peso da mão do Estado seja empregado, no entanto, o que se propõe é que o uso da força não seja o único ou o primeiro recurso a ser empregado, que se busque ao máximo evitar a sua utilização. Para que isso aconteça, é necessário que haja uma melhor condição de leitura das situações, o que só acontece através do aprofundamento e da atualização da formação do policial. (RICCIO E SILVA, 2016)

O marco inicial do debate sobre a educação superior e a atividade policial pode ser observado na proposição de August Vollmer que foi Chefe de Polícia de Berkeley de 1909 a 1931, que foi o pioneiro na utilização de métodos científicos na investigação criminal nos Estados Unidos. Além disso, estabeleceu o primeiro programa acadêmico de formação policial baseado no estudo da prática policial. Ainda, foi o primeiro chefe de polícia a defender a formação universitária para a Polícia. (RICCIO e SILVA, 2016, p.64)

Talvez esteja aí um dos principais dados que possa justificar o atraso em que se encontra a Polícia Militar. Verdadeiramente houve uma explosão de conhecimento científico nas áreas armamentícias, táticas de inteligência, forense, aparatos militares. No entanto, todos esses aparatos, científico e tecnológico, não se fizeram acessíveis aos policiais militares. É necessário fazer com que esses conhecimentos cheguem até os operadores da segurança pública como um todo, pois, é preciso que o sistema de segurança pública funcione em sua totalidade com eficiência, cada instituição cumprindo o seu papel de forma técnica. Infelizmente a instituição responsável pelo policiamento ostensivo preventivo encontra-se muito aquém do que deveria, seja pela falta de estrutura, seja pelo atraso no conhecimento, ou ainda pelo emprego de doutrinas obsoletas para lidar com problemas atuais. O sistema hierárquico disciplinar adotado pela Polícia Militar, sendo uma réplica do sistema do Exército, prejudica sua atuação, até porque não foram observadas as distinções entre as missões de ambas as instituições. O serviço policial militar exige respostas rápidas para situações diversas, nas quais é imprescindível a valorização da soma dos variados conhecimentos existentes nas suas tropas.

Existe um consenso, dentro e fora das agências policiais, de que os processos de formação e instrução estão defasados e inadequados não só em relação às

exigências postas na ordem do dia pela população, mas também em relação às próprias necessidades internas das organizações. (MUNIZ, 2001, p. 188)

Na verdade, a Polícia Militar também nunca foi uma área muito atrativa para pesquisadores, raros são os estudos feitos sobre a Polícia Militar e os poucos dos que se encontram são trabalhos acadêmicos feitos por oficiais em seu curso de formação e sem muitas variações. A maioria debruça-se sobre a violência praticada pela polícia, nesse caso específico, os praças da polícia. Outros aspectos parecem não ser interessantes, tanto é que, para seguir com este trabalho, houve uma grande dificuldade para encontrar base teórica para fundamentar esta pesquisa.

Por um lado, esta indefinição reflete o acervo discreto de reflexões já consolidadas sobre a problemática da segurança pública e das polícias no Brasil. Por outro lado, ela expressa um momento rico e peculiar, onde se assiste à proliferação de diversas propostas e experimentações em andamento em diversos estados brasileiros. Exatamente por que estas experiências são muito recentes, ainda não se tem avaliações substantivas sobre os seus resultados, sucessos, limitações e correções de rotas adotados. (MUNIZ 2001, p. 188 e 189)

Existe um elevado grau de responsabilidade sendo colocado sobre a qualidade da formação do policial, bem verdade que cabe a ela maior peso dentre os fatores que são pertinentes para se mudar a forma de se fazer policiamento. Todavia, para que alcance uma polícia em níveis desejados, todos os atores envolvidos nesse processo precisam fazer a sua parte. Esquece-se que não há polícia se não houver Estado que a banque, a polícia pertencente a administração direta do Estado, ela é responsabilidade do Estado e cabe a ele dar as condições necessárias para que a polícia possa fazer o seu papel da forma devida. É vital que haja investimentos tanto na formação quanto em materiais para diversas situações, pois, para um policial estar nas ruas, é preciso que esteja munido com equipamentos de qualidade e estes estejam em perfeitas condições para o uso. Para que a polícia não seja tão violenta é fundamental munir os policiais com armamentos de baixa letalidade, para serem empregados em situações que exijam baixo poder ofensivo e possibilitar de fato a aplicação do uso proporcional da força, pois não adianta lecionar a doutrina e, na hora de empregar a tropa no terreno, muni-los apenas com armamentos letais e, posteriormente, requerer uma polícia técnica e não violenta. Para se utilizar a técnica, é fundamental que se ponha a disposição da polícia meios e ferramentas adequadas, se não houver condições de trabalho, somente o elevado intelectual não será suficiente para pôr nas ruas a polícia que queremos e precisamos.

Assim, pode-se perceber que a função policial necessita ser vista, também, como de delicada complexidade e, para ser bem exercida, tornam-se imperativos sua qualificação, o reaparelhamento tecnológico, a atualização das técnicas policiais e, principalmente, sua revisão conceitual (BENGOCHEA et al, 2004, p. 120).

Riccio e Silva (2016) comentam sobre o resultado de pesquisas de autores que se debruçaram sobre o estudo dos impactos da educação superior sobre o trabalho dos praças da Polícia Militar, a começar por Paoline e Terril (2007), cujo estudo concluiu que houve uma redução do uso da força física por policiais que agregaram em seu currículo a formação superior, quando comparados com os que apenas possuíam o nível médio.

Corroborando com essa visão, Riccio e Silva comentam também sobre os resultados obtidos nos estudos de Telep: “O impacto da educação superior na polícia e concluiu que existe um benefício na questão da redução do uso da força física” (2011 apud Riccio e Silva 2016, p. 65). Sobre a pesquisa de Rydberg e Terril (2010), Riccio e Silva (2016, p. 65) concluíram que: “Uma polícia com formação superior reduz as chances de utilização da força”.

Já os resultados encontrados por Lersch e Kunzman (2001 apud Riccio e Silva 2016) apresentam um aspecto novo nessa análise, que é o impacto obtido no comportamento individual dos policiais, demonstrando uma queda nos níveis de desvios de condutas. Também chegaram a mesma conclusão depois de observarem o reduzido percentual de processos administrativos por desvios de conduta nos policiais com a educação superior, relacionando-os aos de nível médio. Uniu-se a essa relação de estudos citados do Riccio e Silva os trabalhos de Kakar (1998) que trouxeram à tona a percepção, além do aumento da performance, de uma postura mais ética nos policiais com maiores níveis de formação.

É nítido que de alguma forma a educação faz diferença na vida de um indivíduo e na atividade policial o desempenho é impactado pelas influências do conhecimento adquirido com a formação superior. As competências e bagagens carregadas por estes são visíveis, desde coisas mínimas como a confecção de relatórios até as percepções e leitura das situações de trabalho, onde tempo de resposta se mostra mais eficiente, dando maior qualidade na prestação do mesmo serviço.

Divergindo dos autores anteriores, o resultado do estudo de Hassel (2008) é comentado por Riccio e Silva (2016, p. 65) no qual foi feito uma análise entre os desvios de conduta e o os

níveis de educação sobre a ótica das reclamações feitas pela população e os autores afirmam não haver encontrado relação significativa entre essas variáveis.

Existem também aqueles estudos que defendem a tese de que a educação superior não interfere na qualidade do trabalho policial, como o que foi realizado por Bittner (2013), citado por Riccio e Silva (2016, p. 64), que “afirma que o cotidiano é o espaço principal de formação do policial”. Esse autor acredita que ser policial não é algo que se aprende em sala de aula, lá você aprende conceitos e bases para procedimento, mais o tino policial vem com a vivência nas ruas. Do mesmo modo, Bayley e Bittner, (1997) declaram que “A experiência é mais importante no aprendizado e constituição da identidade policial do que a educação” (apud Riccio e Silva, 2016 p 64) e Oberweis e Musheno (2001) expressam que “o impacto da educação superior não seria perceptível, pois as evidências sobre o tema são ainda insuficientes para uma recomendação mais incisiva em torno de sua adoção” (apud Riccio e Silva, 2016 p 64).

É bem verdade que ser policial não se aprende na sala de aula, todavia, também não é fora dela que se desenvolvem todas as habilidades necessárias para o exercício da profissão. Ser policial é um aprendizado que demanda etapas empíricas na formação, mas que também necessita de conceitos e bases teóricas para procedimentos que farão com que o policial esteja apto não só fisicamente para intervir na sociedade, pois o trabalho policial, em grande parte, exige também uma intervenção intelectual, atributo que não se consegue somente nas ruas.

Pelos estudos relacionados acima, podemos concluir que a educação superior, como agente de transformação positiva no serviço e comportamento dos policiais militar, ainda é um tema em discussão. No entanto, há de se convir que o ganho de capital intelectual é agente transformador em quaisquer áreas e, ainda que alguns pesquisadores não tenham encontrado evidências da sua interferência, não significa que ela não exista, pois, como todos os autores aqui afirmaram, sobre este esse assunto não há muitos estudos. O que se pode observar é que o policial mais bem formado tende a dar um melhor tratamento à sociedade e agir na resolução de conflitos com menor incidência da utilização da força, devido à melhora na capacidade de verbalização, argumentação e discernimento perante às situações de crise, além de demonstrar mais autonomia e segurança no proceder, fazendo inclusive com que esses profissionais consigam através de argumentos bem fundamentados, defender-se dos exageros praticados por seus superiores.

Em razão da histórica precariedade dos conhecimentos obtidos nas Academias de Polícia, os PMs, sobretudo os oficiais superiores, têm sistematicamente buscado suprir suas carências profissionais por conta própria, isto é, de forma individualizada ingressando nas universidades ou realizando cursos técnicos que julgam intuitivamente serem úteis ao desempenho de seu trabalho [...] As insatisfações dessa nova geração de policiais militares, sobretudo no que concerne à formação educacional recebida, são um dos aspectos mais visíveis da crise de identidade vivida pelas Polícias Militares brasileiras. (MUNIZ, 2001, p. 179 e 188)

Muniz (2001) afirmou que principalmente os oficiais superiores buscavam suprir as necessidades de conhecimentos da academia nas universidades e instituições de cursos técnicos, lembrando que o curso para galgar o oficialato é reconhecido como um curso de nível superior. Essa afirmação nos convida a refletir sobre algumas questões: se no curso superior recebido pelos oficiais já existia tantas lacunas, como não era e é o curso das praças? Reconhecendo as falhas na formação dos oficiais e conseqüentemente na dos praças, o que foi feito nesse tempo para se corrigir?

Não dá para negar a afirmação feita por Muniz em 2001, porém, pode-se fazer uma atualização, pois de 2001 para 2018, muita coisa mudou no cenário nacional, inclusive a facilidade do acesso ao nível superior. O difícil de compreender é que todos enxergam as falhas e a necessidade de se intervir na formação policial, inclusive os próprios, no entanto, a instituição Polícia Militar parece não enxergar ou está alheia a esses fatos.

É preciso acreditar no poder de transformação que a educação possui, pois, educação gera conhecimento e é através do conhecimento que as transformações sociais acontecem; que o modo de agir de um povo é modificado e se descobre novas formas de realizar atividades com menos esforços, perdas e riscos. Ou seja, é através da educação que se gera tecnologias que aprimoram as formas de realização das atividades humanas, é através dela que um policial poderá desenvolver as competências necessárias para lidar com as diferenças sociais e a complexidade das situações que se apresentam no dia-dia; identificar mais de uma possibilidade para a realização de sua atividade, pois, as vezes existem ocorrências as quais a infração é a mesma, mas a situação requer tratamentos diferentes, para que possa de fato ocorrer justiça.

Em uma discussão sobre a formação educacional dos policiais militares brasileiros, fica evidente que existe uma real necessidade de modificar a forma de se fazer policiamento e de atualizar a formação dos policiais. Essa cobrança por mudanças na formação do policial não advém apenas da sociedade, inclui uma parte de policiais militares, que já perceberam que

certos conteúdos que lhes são ensinados já não cabem ao momento social atual, e também por constantemente sentirem-se inseguros devido às demandas atuais encontradas serem diferentes das que eles foram preparados para atuar.

Atualmente a polícia, na sua cultura histórica, só trabalha com um instrumento que é a reação pela força; qualquer conflito e dificuldade são resolvidos pela força. Há muita dificuldade de trabalhar com as situações cuja responsabilidade e culpabilidade não estão bem definidas. Geralmente, em todo o conflito em que a polícia intervém, a tendência é criminalizar a conduta, nem que seja por desacato ou desrespeito, efetivando a solução pelo uso da força e pela prisão (BENGOCHEA et al., 2004, p. 121).

É interessante notar que os cidadãos não estão sozinhos quando reivindicam transformações substantivas no ensino policial. Segmentos expressivos das próprias polícias ostensivas, particularmente as novas gerações de oficiais das Polícias Militares que ingressaram em suas corporações nos últimos vinte anos, também têm ajudado a engrossar o coro pela reforma policial, em especial, as mudanças na sua formação profissional. Suas falas explicitam o teor da insatisfação com os saberes e treinamentos recebidos quando afirmam, por exemplo, que se sentem "inseguros e com as mãos algemadas" ao estarem nas ruas de nossas cidades porque, entre outras questões, o que aprendem nas academias de polícia não corresponde aos desafios atuais da prática policial. De fato, esses jovens policiais têm razão: "a prática policial é outra coisa" nas sociedades democráticas e contemporâneas. Ser a representação diuturna mais visível e palpável dos princípios do estado democrático na vida das pessoas não é nada trivial. Ou, como gostaria Muir Jr., atuar como um "Streetcorner Politicians" que previne, dissuade ou reprime conciliando, em cada ocorrência atendida, os requisitos da legalidade e da legitimidade não é uma simples atribuição que pode ser hoje equacionada tão somente com as técnicas tradicionais de adestramento militar. (MUNIZ, 2001, p. 178 e 189)

A autora revela com muita propriedade as falhas que existem no processo de formação do policial militar, é muito feliz quando expõe que os próprios oficiais, em especial as novas gerações, estão insatisfeitas com a sua formação, até porque ratifica o que também tem defendido este trabalho, que é o ingresso de pessoas com o nível superior e a valorização do policial que se qualifica na instituição PM-BA, já expresso em capítulos anteriores. Reforça também outra fala que é sobre a mudança do perfil do policial (praça) que tem ingressado na corporação muitas vezes já possuindo ou cursando o nível superior, o que lhes dá condições de analisar questões sociais e formar opinião sobre a realidade da sua profissão, podendo até opinar, apontando possíveis soluções.

É necessário esclarecer que o público utilizado para a coleta de dados do trabalho de Muniz foram os oficiais da polícia, e o deste, são os praças, no entanto, o tema tratado pela autora citada é comum em ambas as carreiras. Muniz frisa que a busca por mudanças tem o

apoio principalmente dos novos oficiais. Dado que a carreira dos oficiais representa a nata da Polícia Militar onde se encontram os postos responsáveis pelos setores de comando ou de planejamento estratégico, imagina-se a agonia e o sofrimento vivenciado pelos praças diariamente, principalmente os cabos e soldados, aos quais compete o trabalho de cumprir as determinações emanadas pelos oficiais no cumprimento da atividade fim da polícia, pois são eles, muito mais que os oficiais, que se sentem algemados, inseguros, vulneráveis e são ameaçados para cumprirem suas atribuições a qualquer custo.

Se por um lado já é aceito por todos os envolvidos: sociedade, policiais e *policy makers* e governo, de que é irrefutável a assertiva de que a formação policial militar está obsoleta, ineficaz e ineficiente, por outro lado falta ainda um substituto para que possa ocupar o lugar dessa metodologia que está posta. Tudo isso se dá devido à ínfima quantidade de estudos existentes sobre a temática da segurança pública brasileira e das polícias brasileiras (MUNIZ 2001). Com toda escassez de conhecimentos produzidos sobre a atividade policial e a segurança pública no Brasil, surgiram três hipóteses nas arenas de discussão sobre o futuro da formação policial no país, que consistem em:

Monopólio das universidades na formação dos policiais militares:

Qualquer formação oferecida aos policiais pelas próprias polícias, estaria previamente condenada ao empobrecimento, uma vez que reproduziria, no limite, os vícios históricos das culturas institucionais vigentes nas corporações. Para estes, a formação policial deveria ser entregue às universidades, já que estas constituem os fóruns privilegiados e independentes de produção de ciência e conhecimentos úteis a todos os ramos profissionais (MUNIZ, 2001, p. 189).

Cooperação institucional entre universidades e polícia:

Outros reconhecem a importância das universidades, mas defendem que sua participação deverá se dar a partir de um trabalho conjunto com as polícias e suas unidades de ensino. Neste caso, o que se pretendia é o estabelecimento de parcerias na elaboração dos conteúdos programáticos e das grades curriculares, na construção de modelos pedagógicos mais adequados e critérios de avaliação mais consistentes, na oferta de cursos articulados com a estrutura de ensino policial. (MUNIZ, 2001, p. 189).

Nessa visão não se despreza a instituição Polícia Militar no papel de formação dos policiais, pelo contrário, utiliza do conhecimento que deu certo sobre a prática policial já existente e agrega e/ou constrói novos conhecimentos, aproveitando-se da prática que as universidades têm na confecção de conhecimento.

Monopólio das instituições policiais na formação dos policiais:

Uma terceira perspectiva, tem sido a de se buscar construir uma estrutura de ensino própria e unificada para as organizações policiais militar e civil. Em termos gerais, o que se deseja é a constituição de um sistema profissional de ensino policial integrado e vinculado diretamente as agências policiais. Através deste caminho pretende-se unificar doutrinas, conhecimentos e práticas das duas polícias estaduais, inclusive implementando uma sede física comum e uma grade curricular de nível básico também comum a todos os policiais. (MUNIZ 2001, p. 189).

A discussão dessas possibilidades de reformulação da formação do policial militar é um avanço muito grande, pois, até então, só se apontava as falhas sobre a atuação e o despreparo da Polícia; não se ouviam alternativas para minorar ou solucionar os problemas referentes às lacunas da formação policial até agora. O ideal é que não se perca tanto tempo discutindo sobre qual forma será a mais adequada. Devido à carência de conhecimentos sobre esta área, talvez devessem testar as três alternativas e tirar o melhor delas em um método refinado de formação policial que discipline o formando a agir amparado nos princípios trazidos pela PM de Minas Gerais: São eles:

Legalidade: O poder e autoridade utilizados em uma determinada situação devem ter fundamento na legislação nacional;

Necessidade: O exercício desse poder e dessa autoridade deve ser estritamente necessário, dadas às circunstâncias da respectiva situação;

Proporcionalidade: A força empregada deve ser proporcional à seriedade do delito e ao objetivo legítimo de aplicação da lei a ser alcançado;

Conveniência: A força empregada deve ser conveniente no que diz respeito ao local e ao momento da intervenção policial. (MINAS GERAIS, 2003, pg 23)

3. A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A POSSIBILIDADE DE ESTUDAR PARA O TRABALHADOR-ESTUDANTE

Durante muito tempo e a cada período histórico do Brasil, o acesso ao nível superior ficou restrito aos filhos dos integrantes da nata da sociedade: nobiliárquicos, donos de terras, mercantilistas bem-sucedidos, empresários, políticos e afins. Na tentativa de diminuir esse abismo do acesso à educação oferecida aos filhos dos detentores dos grandes capitais e os da classe operária, na Constituição Federal de 1988 (CF 88), o constituinte tratou de incluir no seu segundo capítulo, no Art. 6º, a educação como um dos direitos sociais na intenção que, de fato, a educação fosse garantida a todos. Ficou também estabelecido que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (BRASIL. Constituição, 1988).

No que se refere especificamente ao acesso à educação superior, a CF estabelece obrigação ao Estado de promover, por meio de vagas em instituições de ensino superior, o crescimento intelectual da população em diversos níveis.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL. Constituição, 1988).

Com toda a tentativa de fazer do Brasil um país com uma educação exemplar, somente estar expresso na Carta Magna não foi suficiente para que de fato a educação se consumasse como direito universal e que o Estado a assumisse como um compromisso prioritário, assegurando aos brasileiros, de forma geral, o acesso a ela.

As dificuldades de acesso ao nível superior de educação já foram maiores. A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, com a expansão das instituições de ensino superior privadas, e as políticas públicas adotadas no governo Lula, principalmente a expansão e descentralização das universidades federais e a implantação da política de cotas, fizeram com

que as classes menos abastadas e mais vulneráveis também tivessem acesso à educação superior.

Com a implantação dessas políticas educacionais ocorreu um fenômeno que foi a crescente busca de pais, mães de famílias e até pessoas mais maduras pelo ensino superior. Podemos observar esse fato em:

Assim, adultos já inseridos (ou buscando se inserir) na vida profissional, independente de idade, retornam ao sistema formal de ensino, na busca por titulação e qualificação que os levem a um melhor plano de carreira, a uma vida mais confortável ou tantas outras razões que justificam o esforço de voltar a estudar. Esses movimentos mudaram o perfil do alunado da educação superior no Brasil, mas não necessariamente o perfil da universidade que o recebe. (DANTAS E SANTOS, 2014, p. 2)

A afirmação de Dantas e Santos traduz o que pode ser o sentimento de diversos profissionais que estão no mercado de trabalho ao adentrar o nível superior. Um grande número de praças das policiais militares da ativa também fizeram parte desse movimento. Todavia, no tocante a esta profissão na Bahia, a titulação e qualificação não fazem parte de um plano de carreira, o qual lhes propiciaria um crescimento e valorização pessoal e profissional, dando a eles uma vida mais confortável. Pelo contrário, além de não interferir de forma compensatória, às vezes a decisão do praça de investir em conhecimento e profissionalização dentro da instituição PM é vista com maus olhos, sendo vítima de perseguição por seus superiores que por vezes podem criar dificuldades a fim de que o praça desista ou não tenha condições de concluir. O trecho a seguir de Riccio e Silva (2016, p. 73 e 74) se aplica também aos praças: “ou tantas outras razões que justificam o esforço de voltar a estudar”.

Como a busca pelo ensino superior é um projeto exclusivamente individual. O policial reconhece na educação superior um modo de ascensão pessoal e profissional. Apesar disso, os resultados obtidos com a educação são reduzidos, pois não há uma valorização salarial ou institucional pelo ganho intelectual alcançado. Além disso, permanece a impressão de inexistir algum tipo de reconhecimento por apresentar maior qualificação [...] o policial é visto com desconfiança. O policial com curso superior é objeto de críticas (RICCIO e SILVA 2016, p. 73 e 74)

Expandir a educação superior realmente é necessário, mas, por si só, é insuficiente para que se conclua o processo de democratização da educação brasileira. Para isso, faz-se necessário que as camadas menos abastadas da sociedade possam fazer parte dos números que apontam o crescimento no acesso à educação superior. Além disso, é necessário criar condições para a permanência deste público nos cursos, pois o acesso é apenas um braço no processo de

democratização do ensino superior. Outro objetivo a se alcançar é elevar o número de concluintes.

Pode-se observar que parte dos educandos realiza algum tipo de atividade laboral, principalmente aqueles de baixa renda, todavia, nem sempre enfrentam as mesmas dificuldades por conta do trabalho que desenvolvem, pois, os motivos que os levam ao labor fazem toda a diferença durante sua estadia nas instituições de ensino superior. Alguns estudantes procuram uma atividade remunerada durante o período do curso para que possa estar em contato direto com a sua área de formação, ganhando experiência e melhorando a assimilação dos conteúdos; outros buscam o trabalho por terem tempo livre e reforçar a sua renda, mas não que precisem e nem sempre se empregam em atividades referentes à sua formação. No entanto, há ainda aqueles que não podem colocar a sua formação como prioridade, ainda que esta ocupe um lugar importante na vida, são aquelas pessoas que já adentraram o mercado de trabalho, possuem uma profissão, são chefes de família e têm a responsabilidade com seus entes como prioridade à frente da sua formação superior. Muitas vezes os cursos nos quais este público ingressa, nada têm a ver com a sua área de trabalho ou que desejavam; o critério utilizado é o curso que está disponível no turno em que se pode estar presente. Quanto ao trabalho, classificam-se dois tipos de universitários: o estudante trabalhador e o trabalhador estudante.

Em 2010, do universo dos estudantes das IFES, 37,63% trabalham, e que “os estudantes que mais exercem atividade não acadêmica remunerada regularmente são os das classes econômicas C, D e E, que perfazem 30,4%. (Andifes-Fonaprace (2011), citados por VARGAS e PAULA, 2013, p. 470)

O trabalho e o estudo podem ser conjugados porque tanto existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos noturnos. O jovem que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, apresenta, portanto, algumas características peculiares. Trabalho parcial: acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias. Contudo, nesse caso, o trabalho é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial. O estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante: não estamos mais em presença de um mero intervalo que possibilita, como numa fuga, a realização de determinada atividade. Estamos diante de um intervalo amplo que marca, porque separa em tempos sociais distintos, o trabalho e o estudo. Essa situação configura o status de “estudante-trabalhador. (Foracchi 1977 citada por VARGAS e PAULA, 2013, p. 465)

Podemos dizer então que o estudante trabalhador é aquele que tem o estudo como prioridade, mas decide dividir o seu tempo com o trabalho e que muitas vezes tem a ver com a sua área de formação, ou não.

Diversa é a situação do trabalhador que estuda pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho, mas o estudo. O estudo aparece como contingência. O trabalhador escolhe um curso que não se incompatibilize com o trabalho porque este sim exige e absorve a maior parte das energias. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso anterior, a necessidade de trabalhar colocava o curso em plano secundário, mas nesse caso o sucesso no trabalho realiza-se às expensas do curso. Isso não significa que ele seja abandonado, mas, simplesmente que é redefinido em termos do interesse mais amplo que o trabalho apresenta. A acomodação entre estudo e trabalho raramente redundava numa integração harmônica das duas atividades. Com frequência impõe-se uma cisão, com caráter de opção, pois as qualidades do estudo e do trabalho não têm uma medida comum de avaliação (VARGAS E PAULA, 2013, p. 467).

Nesse caso, podemos afirmar que o trabalhador estudante é aquele que prioriza o trabalho, pois sobre seus ombros pesa a responsabilidade de auto sustentação ou de outrem, geralmente desempenham atividades que nada tem a ver com sua área de formação, mas sacrifica o tempo que lhe resta de descanso para estudar.

A reflexão de Sampaio, Limongi e Torres (2000, p. 21) é trazida por Vargas e Paula (2013, p. P467): sem dúvida, existe uma diferença muito grande entre um(a) estudante empregado(a) como secretário(a) ou vendedor(a) que mantém suas atividades profissionais enquanto cursa uma faculdade de Direito e um(a) jovem que entra para um escritório de advocacia durante o curso.

As instituições de ensino superior, além de possuírem local e horário de funcionamento presencial, no caso dos cursos presenciais, e exigir tempo de acesso nas plataformas *on-line*, no caso dos cursos à distância, exigem do seu aluno atividades extraclases, como pesquisa, organização de seminários, estudo para avaliações, pesquisa de campo, frequência em palestras, congressos, estágios, diversidades de atividades que compõem a carga horária de ACC - Atividade Complementar de Curso. Isto sem falar das atividades que existem e não são de caráter obrigatório, mas melhoram o currículo e a formação do aluno, as quais os trabalhadores estudantes fatalmente são impedidos de participar por força da necessidade e impossibilidade de conciliação da vida profissional com a vida acadêmica, como os grupos de pesquisas e as monitorias.

Nesse sentido é bom lembrar que tem praça que trabalha no regime de doze, vinte e quatro, noventa e seis horas e outros. A maioria destes ainda possui bico - exercício de atividade remunerada paralela. Sendo assim, como é que os que trabalham vinte e quatro ou noventa e seis horas fazem para comparecer às aulas e realizarem suas avaliações nos dias em que são escalados? Como estudar para as avaliações em dias de serviço, sendo que existem as ações de presença na realização do policiamento ostensivo, viaturas para dirigir, patrulhamentos e incursões a fazer? Há dias em que o trabalho envolve troca de tiros, risco de morte por parte do policial, morte de colegas de serviço, morte de criminosos. Em seguida o policial tem que estar com o psicologicamente estável para ir à sala de aula fazer uma avaliação, apresentar um seminário com a certeza que responderá um IPM - Inquérito Policial Militar. Na verdade, o praça trabalhador estudante faz malabarismos para conseguir estudar, agora, tudo isso para quê? Qual a sua motivação? Cada vez que se aprofunda o tema, essas perguntas ficam cada vez mais inquietantes, sedentas, urgindo por respostas.

Na verdade, por enquanto, não existem respostas para os questionamentos feitos sobre como os praças conseguem ou irão conseguir cumprir o seu papel de estudante universitário conciliando com a sua atividade policial, mesmo aqueles que são liberados para frequentar as aulas no dia do serviço. Uma coisa é ser liberado para frequentar as aulas, outra, totalmente diferente, é realmente ter condições mínimas para estudar.

Assim como um dia proferido por Riccio e Silva (2016, p. 68) “Contudo, não existem estudos abrangentes no país a respeito das motivações para a busca por educação superior”; hoje este trabalho veio à existência. Talvez surja a inquietação em algum pesquisador para se debruçar sobre este problema de pesquisa.

4. MÉTODO

Este trabalho foi dedicado para a descoberta das razões que levam um policial militar pertencente à carreira de praça a investir na formação superior, mesmo sabendo que este não trará retorno para si dentro da sua carreira. Também se quis descobrir qual a força motriz que leva esses indivíduos a permanecerem nas instituições de ensino superior, sendo que existe uma dificuldade muito grande para que o praça consiga permanecer até a conclusão da sua graduação acadêmica.

Objetivando que esse trabalho se tornasse exequível, foi decidido limitar o campo de pesquisa apenas aos praças da Polícia Militar da Bahia, exclusivamente aqueles que estudam e/ou estudaram na UFRB-CAHL.

No desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, o qual consiste em descobrir aspectos subjetivos sobre o objeto em análise, como também as motivações que levam um grupo à realização de determinada atividade e/ou compreender e interpretar seus comportamentos e opiniões.

Para realizar a coleta de dados, foram utilizadas duas ferramentas: um questionário, o qual contou com vinte e oito questões, organizadas em três dimensões: trajetória educacional, perfil socioeconômico e perfil profissional. A outra ferramenta utilizada foi uma entrevista, a qual consistiu em oito perguntas. As respostas seriam pré-categorizadas em cinco dimensões, são elas: auto realização; transformação de realidade/status; questões familiares; mudança de profissão/ascensão financeira; respeito institucional/dignidade/conhecimento; obtenção de outra profissão paralela à da polícia para complementação de renda; única alternativa. Tanto o questionário quanto a entrevista foram realizados de forma simultânea do dia 21 a 25 de fevereiro de 2018.

Para chegarmos a uma resposta ao problema de pesquisa foram estabelecidos quatro grandes pilares que são:

- O perfil dos praças no CAHL - UFRB
- Os praças e a PM-BA
- Os praças e a educação superior
- Os praças pós-formatura

A amostra para a realização desta pesquisa foi por conveniência devido aos militares na Universidade evitar identificarem-se como tal. Sendo assim, foi buscado um praça formado no CAHL para que ele pudesse identificá-los e servir de ponte para os novos contatos. Depois disso, houve cinco praças, entre alunos e egressos, que aceitaram participar da pesquisa.

Foi firmado um compromisso ético com os entrevistados, no qual ficou assegurado o sigilo sobre as suas identidades. Para isso, seus nomes reais foram substituídos por pseudônimos. Os nomes fictícios a eles atribuídos foram tirados do código fonético utilizado para a comunicação interna da PM, e a ordem cronológica como foram postos foi escolhida mediante a antiguidade, que quer dizer também a hierarquia que entre eles.

ENTREVISTADO	DATA	TEMPO DE ENTREVISTA
ALFA	24/03/2018	00:13:06
BRAVO	24/03/2018	00:12:30
CHARLIE	22/03/2018	00:07:49
DELTA	21/03/2018	00:46:56
ECHO	25/03/2018	00:40:24

Quadro 3: Quadro síntese com informações sobre as entrevistas realizadas

Fonte: elaboração própria

A transcrição das entrevistas foi realizada de forma terceirizada, mediante gratificação, devido à impossibilidade de conciliar as obrigações laborais e acadêmicas, haja a vista a proximidade da data limite para entrega do trabalho pronto para a análise da banca e a própria defesa da produção.

Este trabalho foi um desafio pessoal muito grande, pois, além de pesquisador, também fui objeto de pesquisa, pois vivenciei e vivencio boa parte dos problemas tratados nesse trabalho. Também sou policial militar e estudante universitário; e enfrentei além de tudo, a distância geográfica entre a universidade e o local de trabalho.

5. RESULTADOS

Os resultados desta investigação são apresentados em quatro subseções que correspondem aos pilares da pesquisa, os quais juntos darão conta de responder às perguntas norteadoras, que são:

- **QUEM SÃO OS PRAÇAS NA UFRB:** contempla a trajetória educacional e o perfil socioeconômico;
- **OS PRAÇAS E A PM-BA:** aborda o perfil profissional e as perguntas da entrevista referentes à instituição PM-BA;
- **OS PRAÇAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR:** responsável pelas questões da entrevista envolvendo a educação superior, CAHL e pertencimento. Neste pilar será respondido de fato a pergunta de pesquisa;
- **OS PRAÇAS PÓS-FORMATURA:** é utilizada a pergunta da entrevista que busca saber o que esse praça - estudante do CAHL - espera com a conclusão do ensino superior.

5.1 QUEM SÃO OS PRAÇAS NA UFRB?

5.1.1 Trajetória educacional

A escolaridade exigida hoje para o ingresso na carreira de praça da PM-BA é o ensino médio completo. Comparado com a realidade existente no início do militarismo no Brasil, pode-se afirmar que houve um avanço considerável, no entanto, é preciso salientar que a diferença social envolvida nessa comparação é muito grande. Na época das primeiras formações militares, não existia concurso público e as pessoas ingressavam a partir do recrutamento que, em sua maioria, ocorria de forma forçada através da captura; a educação não era acessível para todos, e sim um luxo para os nobres e aqueles que tinham posses. Mesmo havendo avanços no nível de conhecimento dos praças hoje, ainda se percebem críticas quanto às atitudes de policiais e algumas referentes ao preparo e formação, como que se os requisitos exigidos hoje não mais satisfizessem as necessidades atuais.

De fato, o problema da formação e do preparo dos quadros policiais militares têm consistido em uma variável importante, não apenas para a afirmação corporativa de uma “identidade policial”, mas também para a prestação eficaz dos serviços ostensivos civis de polícia. (MUNIZ, 2001, p. 186)

É possível notar características semelhantes no perfil dos primeiros praças com os atuais, excluindo o comportamento criminoso de alguns. Pode-se notar que tanto naquela época quanto hoje os que vêm a assentar praça são indivíduos oriundos da plebe da sociedade. A diferença é que hoje é possível se ter acesso a bens que antes não eram possíveis aos pertencentes à classe desafortunada da sociedade, como o conhecimento.

A trajetória educacional dos praças investigados na UFRB – CAHL mostra que 4 entrevistados concluíram o nível médio em escolas da rede pública; o intervalo máximo de conclusão do ensino médio e a entrada na UFRB não foi tão grande, sendo que os participantes o concluíram entre 2000 e 2005; três deles se consideram bons alunos, um se considera ótimo e um se considera normal; três nunca repetiram de ano. Todos cinco, já no ensino médio, vislumbravam o ensino superior, e dois possuem formação técnica.

	NICEM	ACEM	CCEA	QRPT	PFC S	PET	PCSI OU C	QCFaFe	EOCCNS	AI OU AC
ALFA	PÚBLICA	2000	NORMAL	0	SIM	GASTRONOMIA	NÃO	SERVIÇO SOCIAL	NÃO	E 2011
BRAVO	PÚBLICA	2000	BOM	1	SIM	SEGURANÇA PÚBLICA	HUMANAS	SERVIÇO SOCIAL	SIM	E 2017
CHARLIE	PRIVADA	2002	BOM	0	SIM	NÃO	SERVIÇO SOCIAL	GESTÃO PÚBLICA	NÃO	I 2017
DELTA	PRIVADA	2005	ÓTIMO	0	SIM	NÃO	HISTÓRIA	GESTÃO PÚBLICA	NÃO	I 2014
ECHO	PÚBLICA	2003	BOM	4	SIM	NÃO	L. EM LETRAS	GESTÃO PÚBLICA	NÃO	I 2017

Quadro 4: Quadro síntese sobre a trajetória educacional dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.

Fonte: elaboração própria

Legenda: NICEM = Natureza da instituição de conclusão do ensino médio: público ou privado / ACEM = Ano de conclusão do ensino médio / CCEA = Como você se considerava enquanto aluno? / QRPT = Quantas vezes você repetiu de ano? / PFC S = No ensino médio você pensava em fazer curso superior? / PET = Possui ensino técnico, e qual a área? / PCS I ou C = Possui curso superior, ainda que incompleto antes de estudar no CAHL e qual área? / QCFaFe = Qual curso está fazendo ou fez? / EOCCNS = Existem outros em sua casa que completaram o nível superior? / AI ou AC = Ano de ingresso no atual curso, em caso de egresso, qual o ano de conclusão? Sendo E referente a egresso e I referente a ingresso.

No CAHL, os praças respondentes estão/estiveram cursando Gestão Pública (três), Serviço social (um) e Licenciatura em História (um), lembrando que esses dados são apenas dos policiais entrevistados, não do total de policiais do universo do CAHL. Quanto ao histórico de nível de escolaridade nas famílias, quatro entrevistados são os primeiros a cursarem ou estar cursando o nível superior. Três ainda permanecem estudando no CAHL e dois são egressos.

5.1.2 Perfil socioeconômico

Os praças do CAHL que participaram dessa pesquisa são indivíduos com certa maturidade, com idade variando entre 30 e 41 anos, a maior diferença de idade entre os entrevistados é de 11 anos; dois são do sexo feminino e três do masculino; três são casados; possuem pequeno número de filhos. Em média, a composição familiar dos praças estudantes do CAHL é pequena se compararmos a idade com o número de filhos, conforme sintetizado no Quadro 3.

	IDAD E	SEX O	EC	NF	QPMC
ALFA	41	F	CASADA	1	3
BRAVO	38	M	CASADO	1	3
CHARLIE	33	F	SOLTEIRA	1	3
DELTA	30	M	SOLTEIRO	0	3
ECHO	36	M	CASADO	2	5

Quadro 5: Quadro síntese sobre perfil social dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.

Fonte: elaboração própria

Legenda: EC = Estado civil / NF = N° de filhos / QPMC = Quantas pessoas moram na casa

No que se refere à questão econômica, em sua maioria, os respondentes não são os únicos trabalhadores ativos no lar e apenas um tem dependentes fora do domicílio, como pode ser visto no Quadro 4..

	QPTC	RFM	SP	DFD	ESCP	ESCM
ALFA	2	R\$ 6.000,00	SIM, MAS NÃO ÚNICA	NÃO	SEM ESCOLARIDADE	SEM ESCOLARIDADE
BRAVO	1	R\$ 4.500,00	SIM	NÃO	NÍVEL FUNDAMENTAL	NÍVEL FUNDAMENTAL
CHARLIE	1 + 1	AP 4 SAL	SIM, MAS NÃO ÚNICA	NÃO	NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO	NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
DELTA	2	4.000,00	NÃO	SIM	NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO	NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO
ECHO	2	R\$ 4.000,00	SIM, MAS NÃO ÚNICO	NÃO	NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Quadro 6: Quadro síntese sobre perfil socioeconômico dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.

Fonte: elaboração própria

Legenda: QPTC= Quantas pessoas trabalham na casa / RFM = Renda familiar mensal / SP = Status de provedor / DFD = Dependentes fora do domicílio / ESCP = Escolaridade de: pai / ESCM = Escolaridade da mãe

Quatro lares possuem mais de uma renda; mas em dois deles são os únicos trabalhadores ativos (em um, há um aposentado). Todos os cinco recebem acima de quatro salários mínimos, quatro possuem o status de provedor do lar, sendo que três não são únicos provedores.

São em sua maioria advindos de pais com baixa escolaridade, que não conseguiram completar sequer o ensino médio. Esses dados mostram uma evolução social muito grande no perfil familiar desses praças.

5.2 OS PRAÇAS E A PM-BA

Esta subseção é organizada a partir das questões sobre o perfil profissional dos respondentes no questionário e da análise de conteúdo de quatro perguntas apresentadas nas entrevistas: Como você percebe a instituição Polícia Militar? O que te levou a se tornar um policial militar? Como você pensa a formação do praça na Bahia? E como você se sente como praça estudante universitário na sua instituição Polícia Militar?

5.2.1 Perfil profissional

Os entrevistados foram praças que ingressaram entre os anos de 1997 e 2009. Nesse intervalo de tempo ocorreram algumas mudanças institucionais importantes, inclusive na formação do policial militar e também no perfil de ingresso, como mostram os dados da coluna nível de escolaridade de ingresso na PM. Em 1997, ainda foi possível adentrar com o nível médio incompleto, ao contrário do que se vê nos anos de 2008 e 2009, quando o nível de escolaridade passa a ser Médio Completo e o concurso da PM passa a se tornar interessante para graduandos.

	DP	NEI PM	CCCF	TS PM	GO PM
ALFA	06/1997	MÉDIO INCOMPLETO	CURSO DE CB	21 ANOS	CABO
BRAVO	04/2008	SUPERIOR INCOMPLETO	SIM	9 ANOS	SOLDADO
CHARLIE	10/2008	MÉDIO	SIM	9 ANOS	SOLDADO
DELTA	12/2009	SUPERIOR INCOMPLETO	NÃO	8 ANOS	SOLDADO
ECHO	12/2009	SUPERIOR INCOMPLETO	SM	SIM, 8 ANOS E 2 MESES	SOLDADO

Quadro 7: Quadro síntese sobre perfil profissional dos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.

Fonte: elaboração própria

Legenda: DP = Data de praça / NEI PM = Nível de escolaridade que ingressou na PM / CCCF = Houve capacitações após conclusão do curso de formação / TS PM = Tempo de serviço na PM / GO PM = Graduação que ocupa na PM

Quanto à capacitação, vemos que a Instituição continua pecando nesse aspecto, pois o candidato Alfa só veio ter uma capacitação no seu curso para a progressão a graduação de CB, o que não se pode contabilizar como capacitação, já que o curso é exigência para a progressão na carreira. No Quadro 5, é possível perceber um profissional na pesquisa com 8 anos de PM que nunca teve uma capacitação, o que é grave. A própria Polícia reconhece a importância da capacitação que, infelizmente, não realiza.

O treinamento deve estar integrado à vida diária do policial como ferramenta indispensável para manutenção, atualização e desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional. Assim, proporcionasse convicção e segurança ao policial para agir. O treinamento periódico deve abranger temas relacionados à área jurídica, sociológica, administrativa, humanas, além da manutenção do preparo físico e domínio de técnicas policiais militares, de defesa pessoal e tiro de preservação da vida. (MINAS GERAIS, 2003 p. 623)

A fala a seguir caminha na mesma linha de raciocínio, mas não focando apenas na boa execução do serviço, e sim também contemplando o viés da valorização do profissional:

Nesse sentido, as instituições que consideram seus profissionais como precioso capital social, investem neles... a maioria refere que busca se aperfeiçoar, mas o faz por conta própria. Vários sugerem que seria importante criar cursos associados ao crescimento na carreira de forma a torná-la mais interessante; (2) muitos consideram que deveriam ter tempo para se aprimorar durante a jornada de trabalho e não fora do expediente, como geralmente ocorre, tirando-lhes o pouco tempo de lazer... diversos deles falam sobre a necessidade de treinamentos condizentes com a área de atuação, com visão aprimorada de cunho social e de cidadania e participação em congressos, simpósios e palestras, visando a trocas de experiências vividas com abordagens teóricas (MINAYO, 2013, p. 614)

A profissão de policial é um emprego ao qual a sociedade não admite o cometimento de erros, entretanto, as cobranças não são proporcionais às condições ofertadas para o exercício da função. A Polícia lida com vidas diariamente, só por isso já se justifica o investimento em capacitação, treinamento. Além de raramente oferecer capacitações, as condições dos materiais disponibilizados, muitas vezes, não estão com a qualidade e segurança que deveriam.

5.2.2. Razões declaradas para o ingresso na carreira de policial militar

A escolha de uma profissão é algo muito íntimo e nem sempre é algo que se faz com facilidade. Existem pessoas que, desde crianças, já crescem sabendo a profissão a qual irão se

dedicar, outras nem sempre conseguem desenvolver essa identificação tão fácil assim, chegam a concluir o nível médio de ensino ainda sem saber o que querem ser enquanto carreira. Ainda existem aqueles que, na vida adulta, desenvolvem atividades laborais, mas não conseguem se encontrar enquanto profissionais.

No caso de um policial, o que o leva a escolher uma profissão que todos os dias o põe em risco?

ALFA: Influência do meu pai de criação, meu tio biológico, que pertenciam ao Exército. Eu cresci com a influência do militarismo que, por sua vez, me influenciou a buscar essa área profissional.

No caso do praça Alfa, a sua inserção na carreira militar não ocorreu de forma sofrida ou por não haver mais opções disponíveis; se deu devido a um contato prévio com o mundo militar através de seus familiares, os quais lhes transmitiram conhecimentos e vivências de como funciona o ambiente militar, ao contrário da maioria que não tem a oportunidade de compreender como é o andamento do serviço em instituições militares, o que acaba chocando ao terem o primeiro contato, pois, existe um processo de militarização dos civis quando adentram as instituições militares. Para Alfa, o processo de assimilação da carreira e ambiente militar foi mais confortável, pois já era algo que desde sempre fez parte de sua vida.

CHARLIE: Na verdade foi mais um concurso público que eu fiz no período, e era uma questão de ter um emprego. Não foi nada por amor, nenhuma paixão, eu nunca nem pensei na possibilidade de ser PM. Resisti muito antes de fazer o concurso, enfim, foi uma questão de ter um emprego, conseguir um emprego e dentro da estabilidade. Por ser um concurso público e tal.

Boa parte do efetivo das polícias militares é formada por pessoas que, assim como Charlie, não adentrou à Instituição vocacionado, e sim para suprir algumas necessidades de segurança, as quais pode observar na pirâmide de Maslow como: um emprego fixo e estável, um salário para manter o seu sustento e o de sua família. Esse é um fenômeno ocasionado devido à escassez de emprego, gerada pelos constantes processos de instabilidades econômicas e crises que passa o País.

Esse ingresso não vocacionado pode influenciar a qualidade do serviço prestado à sociedade. Muitos não vocacionados desenvolvem um comprometimento, onde, mesmo sem vocação, desempenham as atividades de policial militar sem comprometer o serviço, no entanto, outros cumprem apenas a escala e a carga horária que lhes são submetidas.

ECHO: A vontade de ser policial. Essa vontade, as vezes, ela se desperta ainda na nossa infância, não é? Desde as nossas brincadeiras de menino de policial, não é? Começa aquela brincadeira e, a partir daí, a gente começa a admirar a polícia, a observar, sendo em filmes, em desenhos, até mesmo nas novelas. E fica o referencial, principalmente no que tange a Polícia Militar onde você tem um ambiente onde há disciplina, não é? É sempre ali tida como algo essencial para o serviço; isso traz para nós uma referência, e traz para esse desejo despertado para a gente ser policial. Então a partir daí começa já despertar o interesse e... bom, como a gente sempre tem nas nossas vidas aquela questão de ser um herói, não é? Isso desperta em nós, independente se a gente quer ser policial, ou não. A partir de tudo que a gente vê em casa, a gente tem o nosso pai como herói; a gente tem algumas pessoas como nosso herói, como uma referência; os nossos personagens de desenhos e filmes, nós temos os nossos heróis, então, tudo isso vai, claro, despertando. Tudo isso aí quando a gente quer ter a profissão, a gente pega o policial como sendo a referência, enfim, a partir daí começa a despertar esse interesse, essa disposição para ser policial.

Eis aí um exemplar de perfil vocacionado, é nítido na fala de Echo os motivos pelo qual ele adentrou a Polícia Militar. O problema aqui consiste em manter essa motivação, diante das condições de trabalho e de colegas não vocacionados. Infelizmente, dentro da base teórica usada neste trabalho, nenhum dos autores investigaram as razões que levam um indivíduo a se tornar um policial militar. Felizmente os três depoimentos abraçam três motivações distintas, as quais nos possibilita uma reflexão, que pode ser ampliada pelas respostas à questão seguinte: como você percebe a instituição Polícia Militar?

5.2.3 Percepção sobre a Polícia Militar

A Polícia Militar é uma instituição prestes a completar duzentos anos. Nesse período, ela desenvolveu um sentimento de admiração em alguns e aversão em outros. Para poder entender as razões pelas quais o aluno-praça do CAHL faz ou fez educação superior, é importante buscar saber como ele/ela percebe a instituição Polícia Militar que, no caso Bahia, não valoriza tal formação superior.

DELTA: Eu acho que a Polícia Militar, ela não reinventou. Ela não se reinventou. Por exemplo: a gente falou de patrimonialismo. A Polícia Militar, ela é de 1823. Nós estamos em 2018, então a gente tá bem pertinho de completar 200 anos. Se a gente perceber a burocracia, dentro dessa polícia, a gente faz as mesmas coisas de 200 anos atrás. Livro de Partes. Enquanto todo mundo tá na tecnologia, a gente faz Livro de Partes. Né? A gente para chegar no local, se você não prestar uma continência, você pode responder a um processo administrativo. Se você ficar doente, se você ficar doente, você é macetoso. Se você conviver diariamente com a morte, com a violência, com as maiores desumanidades, e você buscar um atendimento psicossocial, você é fraco. Então, irmão, a polícia é uma máquina de moer gente. A polícia é uma máquina de moer gente. A polícia é uma instituição que prega uma irmandade

corporativa que é falsa, porque quando você se coloca contra os valores que eles imaginam que são pilares, você não... você não é rejeitado, você é perseguido, você é assediado. Vários casos de colegas que são assediados pelo seus superiores, e ninguém faz nada ...ultrapassa os limites do que é hierarquia, disciplina, para ser assédio, para ser abuso, para ser todo esse conjunto que adoce a gente. Nós somos a categoria que mais causa homicídio e suicídio, e ninguém liga para isso, irmão. Ninguém diz assim: "velho, vamos criar núcleos territoriais de assistência psicossocial para o policial". Quantos colegas estão usando drogas, drogas - que é difícil a polícia aceitar isso -, mas quantos policiais são viciados, quantos oficiais são viciados em drogas, em álcool, para fugir das suas realidades porque acham que se for no psicólogo e o colega souber, ele vai ser diminuído sua hombridade, sua virilidade, ela diminui, porque você tá procurando um atendimento. Seu colega toma um tiro do lado, três dias depois você tá de serviço. Ninguém pergunta como você tá. Se pergunta como dar um bom dia que se passa no meio da rua ...você não quer saber como o outro tá. Ninguém faz isso, *brother*. Então a polícia, ela é uma máquina de moer gente. E é isso que os coronéis têm feito durante muito tempo. A gente tá na rua, tá na área. Se debater que a gente precisa de carreira única, eles não aceitam. Porque não aceitam? Porque ninguém quer que seu filho passe pela condição de praça; ninguém quer que seu filho passe no GR de soldados; ninguém quer que seu filho seja soldado, sargento de polícia, não, porque sabe o que é. Então se a gente não tem uma carreira única, se a gente não tem um projeto de carreira para as praças que ficam 15, 18, 20 anos na mesma função, é porque a instituição, internamente, não permite. É uma blindagem muito grande no oficialato. Então essa desigualdade... tudo o que tem desigualdade, gera violência. Kabengele Munanga diz isso: "O grande problema do Brasil não é a pobreza, são os privilégios". Então o privilégio vai gerar a desigualdade. Se eu me sinto desigual... eu vou reagir de alguma forma. E a maioria, infelizmente, da forma que a polícia reage. Por que a polícia é feita de gente, a forma que polícia reage é com a violência, é com a arbitrariedade, causada pelo próprio estado brasileiro, que não revisa nossa... a função de servir e proteger dentro de uma agenda cidadã que foi pregada pela Constituição de 88 ...é um processo de desumanização que o policial militar passa, e aí eu vou falar de todos os policiais. Não só as praças mais os oficiais. O processo de desumanização semelhante ao que os negros passam no Brasil. Negro não é gente, policial não é gente. Ninguém fala isso. O cara quando chega ali, dizem: "Ali é a polícia". Mas não sabe que ali é o policial que sai de Cachoeira, vai para Salvador, pega buzu e que tem... larga a família, e depois volta para estudar. Que ali é um ser humano. A gente... é um processo de desumanização, perversa. E internamente também existe esse processo de desumanização. A gente precisa devassar isso. Que esse processo de desumanização interno é tão violento e mata tanto quanto as políticas genocidas do Estado ...você não vai acionar a PGE, a Procuradoria Geral do Estado, por causa de 12, 20 horas que o seu Comandante deixou de te pagar, porque você sabe que ele pode pegar e mandar para uma cidade na casa da desgraça, que você vai se foder e nunca mais vai estudar; vai ficar longe de sua família. Então, essa é máquina de moer gente. [...] Você já analisou que nunca... que a polícia não tem código de ética? Porque a polícia não tem código de ética? Porque o código de ética não tem hierarquia. Ele tem que ser aplicado a todos. O código de ética da medicina, ele não diz que o médico residente é diferente do médico que é decano, porque são iguais. Então a gente não tem código de ética porque o código de ética atinge a todos. E aí a

hierarquia e disciplina, ela tem que ser levada a sério. Não é brincadeira de marionete que eu posso pegar uma interpretação e fazer a meu bel prazer. Porque o código de ética, ele está no mesmo nível de norma que o estatuto, entendeu? Então por isso que a gente não tem código de ética. Porque o código de ética vai atingir o oficial que rouba hora extra, que bota para ele e não trabalha. Ele vai atingir o oficial que fere os princípios da hierarquia e disciplina quando coloca você em uma posição para que ele te atinja, que seja um revide, entendeu? Que seja uma vendeta, que seja uma vingança; então é por isso que as coisas não andam.

A profundidade dos argumentos de Delta permeia um pouco de desabafo e um pouco de denúncia, nos apresenta a Polícia numa ótica inédita, pois estamos acostumados a ver em evidência denúncias a respeito das distorções de comportamentos dos policiais ou a reprovação de ações, ainda que amparadas por lei. Entretanto, a realidade obscura que acontece na Polícia Militar raramente é noticiada, muito também por conta das represálias que os envolvidos na divulgação dos fatos irão sofrer e também por desinteresse em assuntos de interesse da classe policial.

A fala de Delta nos remete à história, a qual se insiste em não prestar atenção e continua a repetição diuturnamente dos mesmos erros cometidos no passado. Bem disse Delta quando afirma que a Polícia está repetido as mesmas práticas de duzentos anos.

De fato, o problema da formação e do preparo dos quadros policiais militares têm consistido em uma variável importante, não apenas para a afirmação corporativa de uma “identidade policial”, mas também para a prestação eficaz dos serviços ostensivos civis de polícia. Se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, o horizonte de polícia requer uma ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constringida pelos princípios da legalidade e da legitimidade. (MUNIZ, 2001, p. 186)

Corroborando com pensamento de Muniz:

A polícia atual é enfraquecida, fracionada, autoritária e afastada das comunidades, despreparada e obsoleta na sua estrutura, não conseguindo responder às exigências impostas pelo contexto social atual (BENGOCHEA et al., 2004, p. 119).

ECHO: Eu percebo a instituição Polícia Militar como uma instituição extremamente importante para a sociedade. É para ela que as pessoas não ligar. Se jogam pedra na sua casa de madrugada, se você ouve que as telhas da sua casa foram mexidas, se você escuta um empurrão no seu portão você vai ligar para quem? 190. Se seu celular foi roubado, se você sofreu um

assalto, você vai ligar para quem? 190 ...a polícia, como uma instituição importante para sociedade, ela deveria ser multi investida pelo Estado. Acho que muitos concursos deveriam ser feitos para que colocassem mais profissionais, mais policiais, mais viaturas para poder fazer com que a ordem, com que a lei, ela seja mantida na sociedade. Então a gente olha hoje, principalmente para os nossos municípios pequenos, e a gente vê uma viatura onde muitas vezes não tem armas e munições em números suficientes. Muitas vezes dois policiais para policiar um município, como é o meu município. Tem quase 400 km quadrados de extensão, 40 mil habitantes, dois policiais. Então, a polícia real que nós temos não é a polícia ideal. Por isso então acho que a polícia, uma instituição importante para a sociedade, deveria ser de fato bem investida, bem suprida, bem tratada pelo Estado.

Assim, pode-se perceber que a função policial necessita ser vista, também, como de delicada complexidade e, para ser bem exercida, tornam-se imperativos sua qualificação, o reaparelhamento tecnológico, a atualização das técnicas policiais e, principalmente, sua revisão conceitual (BENGOCHEA et al, 2004, p. 120).

A fala de Echo vem complementar o exposto por Delta. Eles foram felizes na exposição da realidade do que é internamente a Polícia Militar. Há muito mais a ser dito, no entanto, esse trabalho não comporta e também esse não é o seu problema de pesquisa.

5.2.4 Formação do praça na Bahia, de acordo com os respondentes

Essa questão nunca sai de pauta, a cada ação, a PM-BA sempre está sendo questionada a respeito da formação e preparo dos seus policiais, como pode ser visto na citação a seguir:

Existe um consenso, dentro e fora das agências policiais, de que os processos de formação e instrução estão defasados e inadequados não só em relação às exigências postas na ordem do dia pela população, mas também em relação às próprias necessidades internas das organizações. (MUNIZ, 2001, p. 188)

No entanto, os praças-respondentes desta pesquisa têm uma percepção de melhora na formação dos policiais, ainda que não seja suficiente, a ser observado nos trechos de fala abaixo:

ALFA: O policial em si, ele desde 97, onde a polícia buscou uma nova filosofia de educação da formação do policial, já com base em disciplinas de direitos humanos, com base em disciplinas de polícia cidadã, então vem se aperfeiçoando. Recentemente eu pude buscar os conteúdos aplicados nas últimas turmas de soldados e deu para notar o avanço em relação à minha formação. Porque nas turmas atuais eu já pude observar sociologia, disciplinas mais voltadas a conhecer o ser humano quanto o seu comportamento, seus costumes. Isso faz com que o policial hoje esteja mais preparado para tá lidando com a sociedade. São policiais com uma educação diferenciada. Não que os anteriores não tivessem, mas eu falo uma educação em relação a conhecimentos acadêmicos, conhecimentos específicos e conhecimentos da área de direito ampliada, que nós não tínhamos. Então hoje já tem direito

administrativo, direito penal, direito pessoal penal. E isso deixa o policial mais seguro para atuar, com mais respaldo, e faz com que o cidadão perceba que ele está lidando com um profissional preparado e de conhecimento para lidar com qualquer situação [...] o ensino para formação do policial necessita um pouco mais. São disciplinas que são dadas noções, mas necessita de um maior conhecimento. Então, o período de formação, ele exige que tivesse um pouco mais, fosse um pouco mais profundo, que utilizassem de fato de profissionais da área para que fossem instrutores que pudessem ampliar mais a visão do assunto dado. A carga horária eu acredito que poderia ser um pouco melhor, melhor distribuída.

BRAVO: Olha, eu sou formado há 9 anos atrás. Conversando com colegas que são formados antes, já teve uma mudança bem importante e, com o passar dos anos tem se pensado melhor a formação pessoal do policial em atender a sociedade. Tá se pensando mais no atendimento em si do que, realmente, no serviço policial militar. [...] com certeza o que é passado no GR é pouco, não digo nem em relação ao tempo, porque se fosse necessário aprender tudo lá no GR para atender a comunidade, não sei quando o policial sairia para a rua, mas, vejo também que é inegável a necessidade do policial estar estudando, de estar buscando, cada dia mais, conhecimento. Justamente pela questão da atuação dele, na rua, ele aprende no GR poucas formas de como atender a uma diligência, como se portar numa diligência, e o que ensina a ele é realmente a experiência de trabalho dele e o conhecimento que ele busca, depois do curso de formação.

ECHO: melhorou em relação ao que foi há anos atrás, embora eu não seja da polícia de anos atrás... Mas, as referências nós temos, os testemunhos nós temos. Então eu acho que mesmo tendo avançado a nível de formação, a nível de talvez... talvez de estrutura, hoje, mas é algo que precisa ser melhorado ...teoricamente, possa ser que tenhamos esse provimento do próprio Estado, da própria polícia, mas, no que tange a questão prática, isso falha, falha muito.

Os argumentos apresentados por Alfa, Bravo e Echo não deixam dúvidas quanto a sua coerência. Cada um, com suas palavras, apresentou o mesmo argumento e as mesmas impressões sobre a formação do praça na PM-BA, e sobre isso posso também testemunhar, pois a minha formação foi uma das mais recentes e, realmente, a grade curricular foi enriquecedora, tanto é que eu estudei conteúdos que eu já havia visto em semestres anteriores neste curso de Gestão Pública na UFRB e que eu também vi em semestres posteriores à minha formação na PM, conforme grade apresentada na página 26. Por outro lado, o pesar fica por conta das disciplinas práticas de atividade policial e defesa pessoal, pois é muito conteúdo para uma carga horária ínfima.

É interessante notar que os cidadãos não estão sozinhos quando reivindicam transformações substantivas no ensino policial. Segmentos expressivos das próprias polícias ostensivas, particularmente as novas gerações de oficiais das

Polícias Militares que ingressaram em suas corporações nos últimos vinte anos, também têm ajudado a engrossar o coro pela reforma policial, em especial, as mudanças na sua formação profissional. Suas falas explicitam o teor da insatisfação com os saberes e treinamentos recebidos quando afirmam, por exemplo, que se sentem "inseguros e com as mãos algemadas" ao estarem nas ruas de nossas cidades porque, entre outras questões, o que aprendem nas academias de polícia não corresponde aos desafios atuais da prática policial. De fato, esses jovens policiais têm razão: "a prática policial é outra coisa" nas sociedades democráticas e contemporâneas. Ser a representação diuturna mais visível e palpável dos princípios do estado democrático na vida das pessoas não é nada trivial. Ou, como gostaria Muir Jr., atuar como um "Streetcorner Politicians" que previne, dissuade ou reprime conciliando, em cada ocorrência atendida, os requisitos da legalidade e da legitimidade não é uma simples atribuição que pode ser hoje equacionada tão somente com as técnicas tradicionais de adestramento militar. (MUNIZ, 2001, p. 178 e 189)

Nesse ponto parece haver um consenso entre os pesquisados e os autores, pois todos reconhecem a necessidade de uma mudança na formação do policial militar. Os entrevistados reconhecem que houveram avanços na formação, no entanto, apontam que, no diz respeito à prática policial, é preciso evoluir mais. A realidade que se apresenta nas ruas está muito à frente dos ensinamentos dos cursos de formação.

5.2.5 O praça - estudante universitário - na Polícia Militar

Buscou-se saber aqui como é que o praça percebe o olhar institucional para ele enquanto estudante universitário que está buscando qualificação e lutando para dar conta das atribuições de casa, trabalho e universidade.

ALFA: Olha, a polícia, ela não reconhece quem estuda. Nenhum reconhecimento porque o soldado fez uma graduação, uma pós-graduação ou um doutorado. Ele é soldado e continua sendo soldado. Não há nenhum reconhecimento financeiro, nenhum reconhecimento intelectual. Ele continua desenvolvendo as mesmas funções, com as mesmas cargas horária e os mesmos valores salariais. Não há um reconhecimento pela instituição a quem busca um aperfeiçoamento. Eu não tive problemas quanto ao período de formação acadêmica, eu tive a sorte de ter encontrado um bom Comandante. Um bom Comandante Imediato que não me criou problemas. Ao contrário, me facilitou quanto permutas de serviço, adequação da escala em horários quando coincidia com disciplinas complementares, eu conseguia fazer. Mas tenho exemplos vários de colegas que viveram essa dificuldade. Ainda no período de formação técnica, eu tive essa dificuldade, quando um dos meus comandantes, ao levar a minha demanda de choque de horário, ele me disse que eu não estava na polícia para estudar, e sim para trabalhar. Então a gente ainda se bate com algumas pessoas que acreditam que o praça, que o soldado, ele feito apenas para cumprir, ele é feito para pôr em prática o que é pensado pela classe dominante. Não só eu, como já vivenciei também com colegas, do oficial dizer que não aceitava de forma alguma que um praça ganhasse o mesmo. Devido a outras atividades desenvolvidas pela colega ...então ainda

tem alguns problemas institucionais em relação ao não reconhecimento do crescimento profissional... a postura foi justamente modificar a carga horária da colega, para que ela ficasse impedida de exercer a outra atividade educacional fora. Então, dentro do que ele tinha nas mãos para usar, ele usou. Que foi modificar o posto de trabalho e o horário, impedindo que ela desenvolvesse outra atividade remuneratória, ainda que legal. Porque era legal!

DELTA: Eu me sinto sufocado. Eu me sinto sufocado. Eu me sinto subutilizado. E por vezes já me senti perseguido. Hoje... hoje eu tenho um sub Comandante que é um cara progressista, muito progressista. Um cara que tende a ajudar muito. Mas, eu já ouvi de um Comandante que se eu quisesse estudar eu deveria sair da polícia, porque a polícia não precisava de historiador; polícia precisava de soldado para cumprir... então aquela função do soldado não pensa... soldado cabeça de papel. Mas a gente tá aqui... a Polícia Militar, ela pode ser muito boa, como ela é boa para alguns. Mas ela tem que ser boa para todo mundo, porque senão a gente não tá fazendo instituição pública, a gente está fazendo privilégio. Se tem uma coisa que a gente precisa acabar é privilégio; a gente tem que... a gente tem que garantir a equidade; equidade entre homens e mulheres, equidade entre praças e oficiais. Mesmo entendendo de todo o processo hierárquico que tem na sociedade... eu tenho uma coisa importante para falar. Apesar da gente não ter nenhuma agência de fomento, apesar da gente não ter nenhum incentivo interno, apesar do CEFAP, do IEL, né, que são as organizações de ensino não pregarem isso, o nosso trabalho, enquanto policial militar, é de fazer ciência, é transformar todas as nossas impressões, nossos serviços em ciência, em documentar isso e, inclusive, para que a sociedade saiba que tem gente que pensa dentro da Polícia Militar. A gente precisa levar e dizer: "olhe, isso aqui é conhecimento científico". [...] A gente fala de resistências. Hoje há um debate muito forte de resistências. O que é resistir, né? É não se deixar engolir pelo processo hegemônico que se tende a estabelecer. Um policial militar, a praça principalmente, os praças... eles são resistentes. Que quando o cara vai no contraditório, vai na contramão, para entrar na universidade para concluir, ele está resistindo. E aí, de alguma forma, como nós praças somos a maioria negros e negras, a gente tá fazendo *quilombagem* dentro da polícia. A gente está estabelecendo resistência de quilombo, de preto que quer ascender socialmente, economicamente. Porque a realidade é que é muito difícil para alguns superiores - e aí a gente vai falar que os nossos superiores são maioria brancos. É muito difícil aceitar que você tenha um conhecimento técnico que a Academia da Polícia Militar não dá. Então se você chegar lá e sabe mais, o cara já começa a te olhar torto, enviesado... a gente alia ao conhecimento, a vivência, não é? Porque só de sobreviver já é uma formação; aí entra na polícia, é outra formação; volta para a Academia, é uma outra formação. Então se você fica juntando isso, o nosso poder de entendimento de sociedade, que é o que a polícia precisa entender, entender de gente. Nosso poder de entendimento da sociedade é muito maior do que o *playboy* que entra com 18 anos, não conhece porra nenhuma da vida, e aí quer ensinar para o cara que tem 20 anos só de favela. Porque só de ter 20 anos de favela é saber que sobreviveu, enquanto a maioria sucumbiu.

Mais uma dura realidade vivenciada pelos praças da PMBA, o preconceito econômico, a perseguição que a sociedade tanto reclama, começa dentro das próprias unidades da PM, do

superior para o subordinado, e ultrapassa os “muros” da Polícia. Esta situação de preconceito e de enviesamento foi observada também nos estudos de Riccio e Silva (2016).

Como a busca pelo ensino superior é um projeto exclusivamente individual. O policial reconhece na educação superior um modo de ascensão pessoal e profissional. Apesar disso, os resultados obtidos com a educação são reduzidos, pois não há uma valorização salarial ou institucional pelo ganho intelectual alcançado. Além disso, permanece a impressão de inexistir algum tipo de reconhecimento por apresentar maior qualificação [...] o policial é visto com desconfiança. O policial com curso superior é objeto de críticas (RICCIO e SILVA 2016, p. 73 e 74)

[...] o fato de ter obtido diploma superior não o habilita a assumir postos administrativos ou algum tipo de ganho. A educação superior é vista também como um caminho para se escapar do trabalho nas ruas (RICCIO e SILVA, 2016, p. 74)

A situação de ser subordinado hierárquico que busca se enriquecer de capital intelectual na PM é muito delicada e penosa quando não se tem um comandante inteligente, seguro de si e compreensivo.

5.3 OS PRAÇAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesta pesquisa, quer-se entender qual o propósito que leva um indivíduo, já inserido do mercado de trabalho e que possui certa estabilidade, a qualificar-se intelectualmente, mesmo sabendo que não haverá reconhecimento institucional ao conquistar a formação acadêmica. Nesta seção, explicitamente ligada à pergunta de pesquisa, estão apresentadas as análises das respostas a quatro perguntas do roteiro da entrevista: O que te fez entrar na Educação Superior? Para você, o que significa ter um curso superior? Por que o CAHL? e Você se sente(ia) pertencente ao CAHL?

5.3.1 Razões para o ingresso na Educação Superior

O conhecimento é importante para tudo o que se quer conquistar em sociedade e para a vida do homem em todos os aspectos. Ninguém vai em busca do conhecimento via universidade sem que tenha um propósito, nem que saiba pela satisfação pessoal de ter concluído o ensino superior. Os praças participantes se colocaram conforme as falas seguintes quando perguntados sobre suas razões para buscar a educação superior:

ALFA: Uma sequência, não é? Uma sequência de conhecimento. Eu vejo o ensino superior como sequência de estudo. Diferente da visão que sempre tivemos - enquanto classes subalternas de que o nível superior era apenas para

alguns privilegiados -, eu vejo, sempre vi como uma sequência... então fazer nível superior para mim foi buscar a continuidade do meu processo educação.

BRAVO: Eu, antes de ser policial já tentava, já pela questão de ver como um diferencial porque não dar para você ficar parado, colocar um objetivo e achar que você chegou nesse objetivo e acabou. Eu já tinha tentado um curso de administração, desisti. E assim que eu... o primeiro vestibular que eu prestei, eu prestei para a área de engenharia civil e depois fiz administração. Minha família praticamente toda é... fez pedagogia, quase todos professores. Eu não gosto de pedagogia, não gosto de atuar como professor, mas, mesmo assim ainda fiz licenciamento em história, parei no caminho porque eu mudei de cidade por conta da polícia mesmo; e aí vim fazer o curso de Serviço Social no CAHL porque, dos cursos que tinha ali, eu considerei que era o melhor que tinha.

ECHO: Ter um curso superior, independente da profissão que você exerce é para mim como algo essencial para nós. Nós temos que crescer como pessoas, temos que crescer como profissionais. Então a gente para isso precisa buscar conhecimento, ganhar conhecimento, a gente precisa buscar evoluir as nossas vidas, evoluir na nossa profissão. Então a gente vai para isso buscar o conhecimento ... vai fazer com que a gente possa servir a sociedade, servir às pessoas, seja como pessoa, seja como cidadão, seja como profissional ... dois anos antes do ingresso na polícia, então isso me fez por despertar também o interesse em uma outra profissão [...] Tive um professor né? Que foi uma referência para mim ... nas suas aulas eu aprendi muito mais do que havia aprendido em todo Ensino Fundamental e até ali, no início do Ensino Médio ... ele fazia ditado de palavras, a gente tava no segundo ano do Ensino Médio e, geralmente, nas sextas-feiras tínhamos aulas dele, ele dizia ditado de palavras. E aí muitos colegas se espantavam e muitos perguntam: "professor, ditado palavras? Isso se faz no primário!". Ele dizia: "Não! Vou fazer porque eu não fui professor de vocês desde o primário; eu não sei quem foram os professores de vocês e não sei como vocês foram formados". E ele fazia a gente ler também, e aí a gente reclamava: "Professor, isso não é mais exercício para gente; a gente já está próximo de terminar os estudos". Ele dizia: "Não! vocês vão fazer porque eu não fui professor de vocês no primário... e vocês leem mal, e eu quero que vocês leiam bem". Então, a partir dali, começou a despertar um gosto muito grande pela Língua Portuguesa... foi por isso que eu busquei fazer o curso de formação, licenciamento em Letras.

Os motivos apresentados pelos entrevistados como razão para realizarem o nível superior giram em torno da aquisição de conhecimento para a vida, para o mercado, podendo estar competitivos, poder prestar melhor seus serviços. São individuais, como posto por Riccio e Silva (2016). No caso do Echo, ainda contou com um bônus que foi a influência de um professor.

Existe um consenso, dentro e fora das agências policiais, de que os processos de formação e instrução estão defasados e inadequados não só em relação às exigências postas na ordem do dia pela população, mas também em relação às próprias necessidades internas das organizações. Em razão da histórica precariedade dos conhecimentos obtidos ... os PMs ... têm sistematicamente

buscado suprir suas carências profissionais por conta própria, isto é, de forma individualizada ingressando nas universidades ou realizando cursos técnicos que julgam intuitivamente serem úteis ao desempenho de seu trabalho (MUNIZ, 2001, p. 188)

O que chama a atenção nas respostas obtidas no CAHL é que nenhum dos respondentes atribui suas motivações a fatores ligados à Polícia, pelo contrário, mesmo quando questionados diretamente se o fato de ser policial também não os influenciou, a resposta negativa apareceu com veemência.

5.3.2 O significado da formação no nível superior

O objetivo desta pergunta na entrevista era saber o que representava o ensino superior para cada um, pois, além do fator motivacional, se queria compreender o que simbolizava a educação superior na vida desses praças.

Essa busca por conhecimento e aperfeiçoamento significa também a semente da mudança de um estereótipo no qual o praça não pensa, é mal-educado, truculento, e outros tantos adjetivos depreciativos. Os praças com nível superior têm começado a mudar a cara da PM. Segundo Carte e Sapp, Goldstein, Roberg e Bonn (apud RICCIO e SILVA 2016, p. 74) “a educação superior permitiria um policial mais tolerante, capacitado a lidar com as diferenças sociais e as complexidades do mundo contemporâneo”. Bem verdade que essa mudança ainda é sentida de forma tímida pela sociedade, mas isso também é devido a outros fatores que corroboram para a má prestação de serviço da PM, como a falta de capacitação, estrutura, condições e equipamentos de qualidade para que o policial possa cumprir a sua missão de servir e proteger a sociedade.

CHARLIE: Então, ter um curso superior é, antes de tudo, uma realização pessoal ... eu não me sentia satisfeita em, pessoalmente, com o Ensino Médio completo. Isso mexia comigo psicologicamente... eu tenho filho, tenho uma filha, e tenho a oportunidade de criar a minha filha mostrando um novo mundo para ela, a oportunidade que a mãe não teve.

DELTA: Eu sou o primeiro da minha família a entrar numa universidade pública superior. Nunca gostei de me sentir subutilizado. E eu achava que... acredito que a educação é que transforma as pessoas, transforma a vida. E aí eu sempre gostei muito de História, Geografia. Quando a UFRB se concretizou aqui no Recôncavo, eu fiz o vestibular, ainda era vestibular, em 2009. Entrei aqui dia 21 de setembro de 2009... já era algo que eu queria. Foi uma escolha minha. Escolha desde que meus amigos de infância começaram a morrer lá no bairro... nos bairros que eu vivia... a gente só tinha essa opção: trabalhar, estudar, ou servir ao tráfico e morrer também.

ECHO: Ter um curso superior, independente da profissão que você exerce é para mim como algo essencial para nós. Nós temos que crescer como pessoas, temos que crescer como profissionais. Então a gente para isso precisa buscar conhecimento, ganhar conhecimento, a gente precisa buscar evoluir as nossas vidas, evoluir na nossa profissão.

O ganho de conhecimento é um fator comum encontrado nas falas de Charlie, Delta e Echo para expressar o significado de fazer um curso superior; e esse interesse, mesmo sendo por motivos alheios à polícia, a tem beneficiado, pois tem de forma indireta transformado a realidade e o perfil da instituição PM. De acordo com Rydberg e Terril (apud RICCIO e SILVA 2016, p. 75), a educação superior reduz consideravelmente a probabilidade de uso da força... e reduz os desvios de conduta também; já Lersch e Kunzman (apud RICCIO e SILVA 2016, p. 75) observaram menor nível de processos por desvio de conduta nos policiais com nível superior em comparação a profissionais de nível médio. Ou seja, pode-se afirmar então que a PM tem usufruído de um investimento pessoal do policial militar.

Com as considerações feitas pelos autores acima e a dos entrevistados, pode-se perceber que houve uma evolução nesse tempo. Realmente a educação é um agente de transformação e crescimento social e através dela é que a PMBA poderá alcançar os padrões desejados, agora, para isso, não basta apenas ter uma tropa qualificada se o setor estratégico da corporação não acompanhar o processo.

5.3.3 Razões declaradas para escolha do CAHL e o pertencimento a ele e à UFRB

O CAHL, por mais contradições que se tenha, hoje ocupa um papel muito importante para a população do Recôncavo, e esse papel está para além de pesquisa, ensino e extensão. O CAHL também possibilitou à população do Recôncavo da Bahia o acesso à educação superior pública, pois ela sempre esteve excluída deste direito.

O CAHL não atende apenas a população do Recôncavo, abraça estudantes de outras regiões, mas a tônica dessa referência são os usuários do Recôncavo, pois é onde o CAHL está localizado. Perguntados por que haviam escolhido o CAHL, as respostas abaixo representam as demais:

CHARLIE: ...era um curso que eu gostei, que eu me identifiquei e resolvi me adaptar ao ambiente.

DELTA: Eu me sinto bem! Eu acho que o CAHL, ele tem várias contradições, mas aqui é onde mais eu aprendi na minha vida... eu sou o primeiro de minha família a entrar na universidade pública superior.

Mesmo o CAHL não sendo um espaço que agrada a todo o seu público usuário, ele é o centro que oferece aos estudantes que ele acolhe, não apenas uma formação, mas também realização de sonhos e acesso à dignidade, pois as vezes seus estudantes buscam nele mais que uma profissão, como os depoimentos mostram.

Não basta, no entanto, ter acesso à educação superior. O processo de democratização só se concretiza com a permanência dos alunos até a conclusão de seus cursos. Um dos fenômenos que contribuem para esta permanência é uma sensação de pertencimento. Esta foi outra pergunta feita durante a entrevista: você se sente (ou se sentia) pertencente ao CAHL?

Esse pertencimento a que se refere a pergunta não tem a ver com o direito de estar no CAHL, pois todo aquele que realiza todas as etapas para ingresso e é classificado, e se disponibiliza a estudar, pertence ao CAHL. Esse pertencimento refere-se a ao sentimento de fazer parte, se sentir-se bem, gostar do ambiente, ficar confortável, comungar da cultura do lugar. É preciso esclarecer esse ponto, pois, alguns entrevistados categorizaram as respostas tipo: “como aluno (a) sim, mas...”.

ALFA: Existe o aspecto como aluna e o aspecto policial militar em formação acadêmica. Como aluna, devido a minha criação também ter bases militares, eu não consegui me encaixar com o aspecto geral. É um aspecto de pessoas mais livres, com menos valores no sentido de disciplina, então eu não consegui me encaixar no geral. Tive poucas amizades por conta disso e, no sentido policial militar em formação acadêmica, totalmente deslocada. Tanto pela convivência, tanto pelos costumes utilizados dentro do CAHL. É bastante diferente do meu convívio, algumas vezes as opiniões entraram em choque.

CHARLIE: Não! Não me sinto pertencente, não me sinto à vontade, eu fico meio que um peixe fora d'água aqui, mas, era um curso que eu gostei, que eu me identifiquei e resolvi me adaptar ao ambiente.

DELTA: Eu me sinto bem! Eu acho que o CAHL, ele tem várias contradições, mas aqui é onde mais eu aprendi na minha vida. Eu tô aqui no CAHL antes de eu entrar na polícia. Então eu cheguei aqui 2009, setembro de 2009. Entrei na polícia, dezembro de 2009. E aí, aqui foi quando eu comecei a olhar para o outro e tolerar, tolerar o homoafetivo, tolerar o *gay*... temos uma prática que... ilícita, mas que não gera violência: que é uso de drogas. Eu já vi gente fumando maconha, usando *ecstasy*, usando bala, cheirando cocaína. E aqui, em nove anos, não tem um homicídio, numa população de 1.000 pessoas. Cachoeira, que é onde o CAHL tá, tem mais de 15 homicídios por ano, numa população de 30.000 pessoas. Então o problema aqui eu percebi que não é

o problema das drogas. É o problema da legalização das drogas ... o pequeno traficante, que tá ali na esquina..., mas aquele não... aqui ele tá mais seguro, e não tem um conflito urbano, de alguém querer tomar a boca do CAHL. Mas o cara quer tomar a boca do Curiachito, e o cara quer tomar a boca do Viradouro, e aí tem morte. Mas aqui não tem! Então, quando eu voltei pro CAHL, já policial, eu fiz a mesma análise que eu fiz quando eu entrei na polícia. Não é todo mundo, que entra polícia, que tem que ser arbitrário. Então, não é todo mundo que entra no CAHL que tem que ser maconheiro. Então não tenho problema nenhum com drogas, mas, enquanto o estado brasileiro não legalizar, eu não vou compactuar com drogas. Mas aqui no CAHL, eu tenho que tolerar. E eu acho que esse é o exercício que eu mais aprendi aqui, foi o exercício de tolerar.

Delta foi então o questionado sobre o discurso de tolerância e respeito à democracia que é pregado no CAHL e pouco praticado pela maioria dos usuários deste espaço, utilizando como exemplo um estudante policial militar que, as vezes, necessita entrar fardado, pois sua aula, ou avaliação de seminário, estão marcados numa hora em que ele está também de serviço, onde o policial é autorizado pelo comandante a comparecer a Universidade e, após concluir suas obrigações enquanto estudante, retornar para o posto de serviço, é vítima de preconceitos, agressões e intolerâncias.

DELTA: Não! Não é preconceito, Leandro. Observe. O que significa a farda da Polícia Militar? O símbolo... O que simboliza aquilo na comunidade? E a gente está falando de um Centro que tem mais de 80% de seus alunos negros. Então, o que a farda representa, a simbologia da farda, o que ela representa fora da Universidade, onde vem a maioria dos alunos, como eu e você, é muito forte. É quem chega com o único aparelho do Estado na favela, na periferia, e ela chega para reprimir. Então se o nosso colega, ele vem aqui fardado, não dá para dissociar que ali é o cara que tá fazendo Serviço Social, que tá fazendo Ciências Sociais, que tá falando Gestão, porque, a farda, naquele momento, ela fala mais do que a pessoa, entendeu? Então eu acho que a relação do conflito da... do não pertencimento, não é que o aluno não pertença, não é que o agente, o ser humano policial, não pertença à Academia, mas, o que a simbologia da farda, o que o poder simbólico da farda significa para o CAHL. [...] O que eu acredito de verdade, e que talvez seja ingênuo, eu acredito de verdade é que o cara, quando reprime, ele não imagina o pau que o policial está dando para vir na faculdade. Eu acho que ele não imagina a dificuldade que é um policial largar o serviço e vir na aula ... então se ele estar no serviço e ele tem que fazer a prova, o máximo que ele faz, e é muito inteligente fazer, é tirar a arma, mais do que isso não dá para fazer.

ECHO: Bom, como aluno do CAHL, é lógico que a gente pretende... a gente quer se sentir pertencente, né? ...contudo a gente vai viver num contexto que é bastante diverso. Diverso do nosso ambiente de trabalho, diverso do nosso sistema de pensamento, de doutrina, daquilo que a gente pensa, daquilo como a gente quer que as coisas andem, se encaixem. Como também é diverso, é divergente daquilo que tange a nossa doutrina, nossa criação como filhos, ou também, como família... e também muitas vezes do nosso sistema de doutrina, de pensamento, de cosmovisão religiosa. Então diverge muito e, às vezes, a

gente encontra um problema no CAHL, na nossa universidade, onde as pessoas que vivem naquele contexto de pensamento, de práticas que são completamente divergentes daquilo que a gente defende, daquilo que a gente assegura para nós, para o nosso crescimento pessoal, da nossa cosmovisão ou aquilo que a gente tem como visão de mundo, como referencial de pensamento, de doutrina e aquelas pessoas... de forma... não sei se o termo incessante seria correto, mas querem que nós assumamos aquilo que eles vivem, aquilo que eles pensam, aquilo que eles praticam. Mas nós discordamos dessas coisas; e quando nós discordamos daquilo que eles pensam, daquilo que eles falam, daquilo que eles fazem, nós somos tachados de preconceituosos, nós somos tachados de tiranos, nós somos tachados... adjetivados de tantas coisas... nós estamos seguindo aquilo que nós queremos viver para nós. Então, muitas vezes, o discurso de ideias, os argumentos são deixados de lado e, o que é trazido à tona é, na verdade, um absolutismo daqueles que dizem que defendem uma democracia, uma liberdade de pensamento. Mas, muitas vezes eles querem impor os seus pensamentos, as suas práticas e desejam que nós aceitemos isso de uma forma muito pacífica, engulamos sem refletir, sem refutar, sem discutir. Então nós, por refutarmos aquelas práticas, aquelas questões, somos tachados de preconceituosos, e não aqueles que querem impor os seus pensamentos, as suas práticas; eles não se vêem dessa forma, mas se vêem como democráticos. Então essas questões é que fazem com que a gente não se sinta muitas vezes como um aluno ...que pertence àquela unidade mas não se sente muitas vezes, a maioria das vezes, ambientado...tudo aquilo que muitas vezes é vivido lá não pertence a realidade do que eu penso, a realidade do que eu pratico e a realidade daquilo que eu aprendi, aprendi em família e aprendi também na minha formação religiosa. Mas o que não me faz sentir ambientado com aquele local é que esse pensamento nosso, essa nossa cosmovisão, ela não é respeitada, eles querem que nós respeitemos aquilo que eles pensam, aquilo que eles falam, aquilo que eles defendem, mas, aquilo que nós pensamos, nós defendemos, nós praticamos são coisas que são refutadas e são taxadas de preconceituosas, são taxadas de tirania, de tudo isso. Então eu preferia mesmo vendo essas questões incongruentes lá, incongruentes para mim, mas, eu gostaria de estar ali, respeitar a todos ...mas, gostaria que eu, não somente eu, mas os que pensam da mesma forma como eu penso, os que defendem as mesmas coisas que eu defendo, também fossemos respeitados e tivéssemos também o nosso direito de pensar e de agir, sendo também respeitados.

Bem, a questão de pertencimento é algo muito individual e íntimo, compreendendo que se trata de concepções, perfis e personalidade distintas. De modo geral, as pessoas que ingressam na carreira militar tendem a possuir um perfil mais conservador e não apoiar comportamento mais liberais, mas não significa que isso seja uma regra e nem que não possa existir uma convivência pacífica entre ambos. Existem policiais militares que defendem o pensamento progressista e até aqueles que estão envolvidos indiretamente, por força de regulamento, com partidos progressistas.

Nota-se que as opiniões de Alfa, Charlie e Echo comungam entre si e chegam em alguns momentos a se complementar. Todavia, o posicionamento de Delta contradiz tudo o que os

demais apresentam; nesse momento valores diferentes divergentes e conflitantes são postos em evidência. O CAHL é como se fosse um Brasil em miniatura, dentro dele consegue-se vivenciar situações e conflitos que nem em toda pequena cidade encontramos. Isso também se dá pela diversidade do seu público usuário, que vem de diversas partes do Brasil e carrega consigo seus costumes, hábitos, crenças, práticas, suas verdades, suas conveniências, suas necessidades, desejos.

Dentre as ferramentas adotadas para analisar as informações para a investigação do problema de pesquisa, foram determinadas sete categorias, as quais foram utilizadas para sintetizar quais os motivos que levam um praça da PMBA a adentrar o ensino superior e por que no CAHL, sendo que o título da sua graduação não influenciará para a valorização e progressão na sua carreira. Nessa análise, os entrevistados apresentaram mais de uma motivação para o seu ingresso no ensino superior, como mostra o Quadro 6.

	Auto realização	Transformação de realidade/status	Questões familiares	Mudança de profissão/ascensão financeira	Respeito institucional / dignidade/ Conhecimento	Obtenção de outra profissão paralela a PM complementar a renda	Última alternativa
ALFA	X	X					
BRAVO		X		X			
CHARLIE	X		X				
DELTA		X	X			X	
ECHO	X	X				X	

Quadro 8: Quadro síntese sobre razões de motivação para ingresso no Ensino Superior relatado pelos praças respondentes da pesquisa. CAHL, 2018.

Fonte: elaboração própria

Como já foi exposto anteriormente, os motivos relatados pelos praças para adentrar na universidade em busca de uma formação estão relacionados mais diretamente ao seu bem-estar ou de outrem do que a questões financeiras e profissionais.

Dentre as sete categorias estabelecidas as quais achou-se que o campo mostraria, duas delas não foram contempladas como esperado. A outra surpresa também ficou pelo não aparecimento de outras categorias que não estivessem sido antes estabelecida. Talvez a não

contemplação de todas as categorias e o não surgimento de novas tenha se dado devido ao pequeno número da amostra utilizada nessa pesquisa.

5.4 O PÓS-CONCLUSÃO DO CURSO

Todo indivíduo que ingressa numa instituição de ensino superior projeta algo pós conclusão, o que geralmente é atuar na sua área de formação, mas, no caso peculiar dos praças da PMBA, qual serão suas expectativas? O que planejam com a formação adquirida?

BRAVO: Hoje eu penso em fazer um outro curso, estou na dúvida se vou continuar fazendo mestrado ou se vou mudar para fazer um outro curso; e hoje o meu foco é realmente fazer um... me preparar para, numa boa oportunidade, quem sabe sair da polícia, visto que o conhecimento do nível superior na polícia não é utilizado. Conciliar, eu acho difícil. Pela área que eu gosto de atuar é quase impossível você atuar na polícia. Um local que, a maioria das vezes, você tem que cumprir ordens, fazer coisas que vem já preparado, que você não tem uma certa mobilidade para você modificar, e o conhecimento adquirido faz com que você pense formas diferente de agir.

DELTA: Dentro da polícia não espero nada! No meu sonho mais longínquo, na polícia, que eles utilizassem meu conhecimento. De abrir... quadro vagas de quadro complementar, e que eu pudesse utilizar meu conhecimento. Fora da polícia... prestar consultoria, assessoria e melhorar o salário, né? Porque o da polícia não é o suficiente para ter uma qualidade de vida desejada.

As ambições individuais apontam caminhos diferentes para os entrevistados. Bravo declaradamente ambiciona ainda outra formação para galgar uma oportunidade para que ele possa sair da PM e alcançar algo melhor e onde ele não seja meramente um cumpridor de ordens. Delta afirma não esperar nada da Polícia em relação a sua formação, mas espera conseguir desenvolver uma atividade paralela à atividade policial.

[...] o ranço contra os policiais de baixa patente com educação superior. Além de não obter nenhum tipo de vantagem, o policial é visto com desconfiança. O policial com curso superior é objeto de críticas. Neste ponto, uma contradição é observada. Apesar de os entrevistados reconhecerem o ganho simbólico obtido com o diploma, a estrutura da Polícia Militar não está preparada a incorporá-los. (RICCIO e SILVA 2016, p. 74)

Como a busca pelo ensino superior é um projeto exclusivamente individual. O policial reconhece na educação superior um modo de ascensão pessoal e profissional. Apesar disso, os resultados obtidos com a educação são reduzidos, pois não há uma valorização salarial ou institucional pelo ganho intelectual alcançado. Além disso, permanece a impressão de inexistir algum tipo de reconhecimento por apresentar maior qualificação [...] o policial é visto

com desconfiança. O policial com curso superior é objeto de críticas (RICCIO e SILVA 2016, p. 73 e 74)

Saindo da PM para mudar de profissão, ou permanecendo e desenvolvendo outra atividade, o que se percebe é que a PM não tem satisfeito seus servidores tanto na questão salarial, quanto na funcional, pois, como o perfil do praça está mudando, “os policiais com educação superior apresentam frustração em razão do não-reconhecimento do seu trabalho, pois devem conviver com um ambiente inóspito a novas ideias” (RICCIO e SILVA 2016, p. 64).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se debruçou sobre o tema Universidade X Carreira de um praça da Polícia Militar-BA. Teve como objeto a classe dos praças da Polícia Militar da Bahia, os quais foram investigados sobre os motivos que os levam a adentrar o ensino superior e por que no CAHL, sendo que o título da sua graduação não influenciará para a valorização e progressão na sua carreira; e o que ele pretende e ou espera com a conclusão do nível superior de educação.

Esse estudo pode vir a colaborar para que se compreenda a importância do ensino superior na atividade policial militar pertencente à carreira de praça da PM-BA, a qual não requer atualmente o nível superior para ingresso. Também pode vir a contribuir para compreensão sobre a satisfação pessoal do praça da PM-BA com o exercício da sua profissão; para a reflexão a respeito do perfil ideal para ingresso na carreira de praça hoje e a formação que se tem.

Este trabalho pode contribuir para uma aproximação da Polícia Militar e das universidades – especialmente as federais - de forma voluntária e harmônica, podendo até evoluir para uma futura colaboração mútua na qual toda a sociedade possa obter ganhos, pois as universidades carecem de estudos sobre a atividade policial, todavia, com todos os problemas, as PM's são produtoras de conhecimento em suas atividades, no entanto raras são as que documentam.

A pesquisa mostrou que a busca do praça da PM-BA está relacionada a fatores como: transformação da realidade, auto realização, obtenção de outra profissão paralela à de policial militar; saída da PM, questões familiares e mudança de profissão. Dentro de cada dimensão dessa há uma série de outras razões, as principais relacionadas com a dignidade, realização profissional, pessoal e financeira; reconhecimento, condições de trabalho e segurança.

A pesquisa foi satisfatória, pois, através da utilização das ferramentas questionário e entrevista, foi possível responder a contento: o que significa a educação superior para esses PM's? Quais as motivações que os praças possuem para realizarem/permanecerem sua formação acadêmica no CAHL? Quais os desafios encontrados pelos praças enquanto trabalhadores estudantes? Se os praças conseguiram desenvolver uma relação de pertencimento como CAHL? Com todas essas informações foi possível fazer uma análise que veio a responder

o problema de pesquisa. O que leva um praça da Polícia Militar da Bahia –PM-BA – a ingressar na educação superior e por que no CAHL?

Esse trabalho teve um alcance além do objetivo estabelecido. Serviu para mostrar uma visão dos praças contrária a toda que se tem deles, os mostrou tão vítimas de violência e preconceitos como qualquer outro cidadão, serviu também para tirar a armadura e desnudá-los, mostrar suas fraquezas, sua humanidade, a qual fica escondida atrás da farda e de um regulamento que, de forma indireta, os impede de gritar por socorro e denunciar a opressão que sofrem. Os policiais estão doentes, se matando, matando os outros, enlouquecendo e prestando um serviço deficitário à sociedade.

Como já citado, este trabalho não contempla todas as possibilidades do tema e nem poderia, pois, este tema está começando a ser explorado a partir deste trabalho. Para expandir os horizontes deste tema, é preciso que se debruce sobre o estudo das atribuições de um praça e a gama de conhecimento necessário para que ele possa exercer de forma eficiente sua função. Outra contribuição interessante seria estudos sobre a educação policial para uso dos instrumentos de trabalho.

Talvez o que esteja faltando para melhorar ou solucionar parte dos problemas dos serviços prestados, da formação e preparo da Polícia Militar, seja a implantação de algumas medidas como a valorização do conhecimento do praça com nível superior. Sabe-se que não é possível elevar de graduação todo praça que conclua o nível superior pelo único e simples fato dele ter conseguido sua diplomação. Isso devido à estimativa que existe a respeito do quantitativo ideal para cada posto e graduação. Não está se descartando a possibilidade de promoção do indivíduo com nível superior, mas existem outras formas de se valorizar o praça sem que seja apenas com a promoção de graduação, pois, se assim acontecer, trará grandes prejuízos ao serviço prestado à sociedade, haja a vista que hoje é muito grande o número de praças com nível superior e cada graduação possui uma função dentro do militarismo. Uma solução para esta questão poderia ser a adoção de critérios preestabelecidos, os quais qualificariam o perfil do praça com nível superior, que deveria ser premiado com o elevamento ao posto imediato. Dentre esses critérios: a qualidade do serviço prestado pelo praça com a utilização dos conhecimentos advindos da sua formação faz com que o serviço do policial seja destacado e que supra necessidades institucionais. Para os demais, poderiam ser designadas

atividades diferenciadas que os dessem mais responsabilidade e uma compensação salarial correspondente à nova atribuição.

Outra providência seria a exigência de ingresso na instituição com nível superior e carreira única, com concursos internos para promoções; uma aproximação das universidades com a PM talvez seja um caminho interessante a se seguir, pois é notória a carência de produção de conhecimento na área de segurança pública envolvendo o trabalho da PM.

Por outro lado, a PM-BA tem bastante conhecimento não escrito sobre segurança pública, o qual deveria ser estudado e, se possível, melhorado e publicado. No entanto, os conceitos que ambas instituições possuem uma da outra impedem que tal parceria aconteça, além do fator de a PM é uma instituição muito fechada para intervenções externas. Seria muito positivo se fosse concretizado uma parceria PM mais universidades, pois ambas possuem muito a oferecer em colaboração para a sociedade.

Como estamos engatinhando a respeito de como melhorar a formação do policial militar, poderia se colocar em prática as três hipóteses citadas por (MUNIZ, 2001): “Monopólio das universidades na formação dos policiais militares, Cooperação institucional entre universidades e polícia, Monopólio das instituições policiais na formação dos policiais”. Sendo assim se tiraria o melhor de cada uma delas para se construir um método de ensino policial mais completo e refinado. Confesso que a cooperação institucional entre universidades e polícia me agrada mais, no entanto, como não existem estudos sobre elas, não é bom que se descarte nenhuma dessas possibilidades.

Espera-se que, após a leitura deste trabalho, se compreenda a importância de se investir na capacitação e educação dos policiais militares e que possam perceber que, às vezes, por trás de um voraz algoz, existe uma grande vítima que está gritando por socorro. Precisamos interromper e dar um fim a esse ciclo de vítimas que passam a vitimar novas pessoas. A educação é chave, é o remédio para começarmos a pôr nas ruas policiais que sirvam de orgulho para a sua comunidade de bem e temidos por aqueles que escolhem a vida marginal.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Constituição** (2001). Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001. Dispões sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br/7990.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BAHIA. Polícia Militar. Departamento de Ensino. Centro de formação de Praças. **Modulo utilizado no curso de formação de praças 2015/2**

BAHIA. **Breve Histórico da PM. 2010**. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=446&itemid=4>. Acesso em: 15 mar 2017.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. **A Transição de uma Polícia de Controle Para uma Polícia Cidadã**. São Paulo: 2004. P.12. 18 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 6.880**, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SANTOS, Georgina Gonçalves dos . A universidade e seus novos alunos: estranhamento e aproximação. In: **VIII Encontro nacional de pesquisadores em gestão social: Gestão Social e Interdisciplinaridade: construindo novas pontes e expandindo fronteiras**, 2014, Cachoeira., 28 a 30 de abril de 2014, Cachoeira-BA [recurso eletrônico] : Anais eletrônicos. Cariri: Campus da UFC no Cariri, 2014. p. 1-17

FERREIRA, Danilo. **Praças e Oficiais PM**. 2011. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=446&itemid=4>. Acesso em: 07 set. 2017.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: Comercio, Recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)**. Salvador UFBA, 2005. 195 f. Dissertação de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, 2005 Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11345/1/Dissertacao%20Lucas%20Junqueiraseg.pdf>> Acesso: 05 de ago. 2017

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Secretaria Estadual de Segurança Pública. **Perfil desejado para o profissional de Segurança Pública**. Mapeamento de Competências. 2003. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/apm/13042015154140409.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

MINAYO, M. C. S.. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso). <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/images/curriculo/jcr.gif>, v. 18, p. 611-620, 2013

MUNIZ, Jaqueline. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review** Vol. 1 Winter 2001. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_03.pdf>. Acesso em: 05 ago 2017.

RICCIO, VICENTE; SILVA, D. F. Diploma para Quê: A Educação Superior e os Praças da Polícia Militar de Minas Gerais. In: **Anais do V Encontro Internacional do Conpedi**, 2016, p.23 Montevidéu.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, M. F. C. . A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior**, v. 18, p. 459-485, 2013.

APÊNDICES

Termo de Consentimento Informado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada “*O nível superior e os praças da Polícia Militar da Bahia: um estudo sobre as razões relatadas pelos praças da PM-BA ao buscarem o ensino superior na UFRB*”, desenvolvida pelo graduando Leandro dos Santos Leite, estudante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), orientada pela Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas, também da UFRB.

Esta pesquisa tem como objetivo descobrir quais as motivações que levam os praças da Polícia Militar da Bahia a decidirem ingressar no nível superior e por que alguns decidem estudar no CAHL, cujas características insurretas e liberais são avessas às características encontradas em ambientes militares.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de uma entrevista semiestruturada com gravação de áudio.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de estudo e da vida pessoal, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades laborais e educacionais, a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, as entrevistas serão previamente agendadas.

Esclarecemos que se o Sr.(a). aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a construção de conhecimentos que possibilitarão o entendimento sobre os motivos que tem levado os praças da Polícia Militar a buscar formação no nível superior e para proporcionar desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança pública, em especial quanto ao serviço prestado por esses profissionais.

Se, depois de consentir a sua participação, o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o **pesquisador** responsável por esta pesquisa no endereço: Rua Alexandrino P. Silva, São Félix-Ba; telefone (75) 9-9210-8300, e-mail: sdleandroleite@gmail.com.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado(a) sobre os objetivos, benefcios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso sair a qualquer tempo.

Ass. do(a) Participante

Ass. do(a) Pesquisador(a) Responsável

_____, ___/___/____.

Roteiro de Entrevista

“O nível superior e os praças da Polícia Militar da Bahia: um estudo sobre as razões relatadas pelos praças da PM-BA ao buscarem o ensino superior na UFRB”

1. O que te levou a se tornar um PM?
2. Para você o que significa ter um curso superior?
3. Você se sente ou se sentia pertencente ao CAHL?
4. Como você pensa a formação do praça na Bahia?
5. O que te fez entrar na educação superior?
6. O que você espera com a conclusão do seu curso?
7. Como você percebe a instituição PM?
8. Como você se sente como praça estudante universitário na sua instituição PM?

Questionário

QUESTIONÁRIO

1 - NOME:

2 - NASCIMENTO:

3- IDADE: 4- SEXO:

PERFIL DOS ENTREVISTADOS TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

5 - Natureza da instituição de conclusão do ensino médio: público ou privado

R:

6 - Ano de conclusão do ensino médio

R:

7 - Como você se considerava enquanto aluno?

R:

8 - Quantas vezes você repetiu de ano?

R:

9 - No ensino médio você pensava em fazer curso superior?

R:

10 - Possui ensino técnico, e qual a área?

R:

11 - Possui curso superior, ainda que incompleto, e qual área?

R:

12 - Qual curso está fazendo ou fez?

R:

13 - Existem outros em sua casa que completaram o nível superior?

R:

14 - Ano de ingresso no atual curso, em caso de egresso, qual o ano de conclusão?

R:

PERFIL SÓCIOECONÔMICO

15 - Estado civil:

R:

16 - Nº de filhos

R:

17 - Quantas pessoas moram na casa?

R:

18 - Quantas pessoas trabalham na casa?

R:

19 - Renda familiar mensal?

R: R\$

20 - Status de provedor?

R:

21- Você possui dependentes fora do domicílio?

R:

22 - Escolaridade do pai.

R:

23 - Escolaridade da mãe.

R:

PERFIL PROFISSIONAL

24 - Data de praça.

R:

25 - Nível de escolaridade que ingressou na PM?

R:

26 - Houve capacitações após conclusão do curso de formação?

R:

27 - Tempo de serviço na PM?

R:

28 - Graduação que ocupa na PM?

R: